VIVÊNCIA

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – UFRN

CCHLA-UFRN
v.4.n.3-1991

Escreveram neste número:

Maria Angélica Cunha Pessoa

Maria das Graças Lucena de Medeiros

Maria Bernadete Fernandes de Oliveira

Lívia de Oliveira Borges

Brasília Carlos Ferreira

José Antônio Spinelli

Vânia de Vasconcelos Gico

Vera Lúcia Medeiros Maia

Françoise Dominique Valéry

NEH UFRN

VIVÊNCIA

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – UFRN

CCHLA-UFRN
v.4.n.3-1991

Escreveram neste número:

Maria Angélica Cunha Pessoa

Maria das Graças Lucena de Medeiros

Maria Bernadete Fernandes de Oliveira

Lívia de Oliveira Borges

Brasília Carlos Ferreira

José Antônio Spinelli

Vânia de Vasconcelos Gico

Vera Lúcia Medeiros Maia

Françoise Dominique Valéry

Labim/UFRN

31.05.95
BNEH
UFRN
2.364

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Prof. Geraldo dos Santos Queiroz
Vice-Reitor: Prof. João Felipe da Trindade

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Profª Ana Maria Cocentino Ramos
Vice-Diretor: Profª Zeneide Ferreira Alves

Chefes de Departamentos:

Artes: Prof. Antônio Marques de Carvalho Junior
Ciências Sociais: Prof. Geraldo de Margela Fernandes
Comunicação Social: Prof. Aderson de Carvalho França
Filosofia: Prof. Hermano Machado Ferreira Lima
Geografia: Profª Tânia Maria Barros Padilha
História: Prof. Iramar Soares de Araújo
Letras: Profª Vilma Queiroz Sampaio Fernandes de Oliveira
Psicologia: Profª Cosma Nogueira Linhares

Diretor da Escola de Música: Maria Eugênia Bezerra Tinôco
Chefe do Serviço de Psicologia Aplicada: Dione de Medeiros Lula

Revisão: Prof. Alcir da Silveira, Prof. Josué Gonçalves, Profª Mª Emilia Gonçalves, Prof. Josué Campos, Prof. Antonio Lisboa, Prof. Annecildo Carvalho.
Capa: Flávio Novaes
Composição: Rosemary Machado/Manoel do Nascimento
Conselho Editorial: Prof. Luis Álvaro Sgadari Passeggi
Prof. Francisco Caracíolo de Souza
Prof. José Lacerda Alves Felipe
Prof. Vicente Vitoriano
Profª Ana Maria Cocentino Ramos

Vivência. v.4, N.1 (Jan/Jun. 1991)
- Natal: UFRN - CCHLA, 1991

v.4

Semestral

1. Humanismo - Periódico

2. Ciências Humanas - Periódico

3. Comunicação Social - Periódico

RN - UF/BCZM 91/01 **CDU 130.2:3(05)**

Labim/UFRN

APRESENTAÇÃO

Repensar o homem em sua totalidade, envolvido em conflitos e contradições, parece ser o objeto do Centro das Humanidades.

Para esse pensar se viabilizar, como produto de uma forma de trabalho intelectual, é fundamental a sua publicação e a conseqüente divulgação.

Daí a importância de Revista Vivência, como instrumento para tornar concreto a idéia, o pensar, o trabalho intelectual dos Docentes, do Centro de Humanas.

Produzir História, se preocupar com o uso social, que se faz do tempo e resgatar a **memória como Redenção.**

Repassar de forma crítica **os pressupostos do pensamento filosófico** dos diversos cientistas sociais que analisam a nossa sociedade. A análise do **Discurso como fenômeno ideológico.**

São temas de reflexão contidos nesse número da Revista Vivência, que de certa forma é resistência contra a **"fragmentação do homem, que sem memória, perde-se na indefinição do tempo entre a civilização e a barbárie".**

Outros trabalhos se preocupam com a **fala do povo**, com a **questão da mulher**, a organização sindical, as transformações espaciais e as políticas e programas governamentais que determinam esses processos. Abordam também a análise do papel da biblioteca, como uma estrutura em crise de advertência da necessidade da leitura, caminho para o conhecimento e resgate da nossa memória, como elemento de elaboração do projeto do homem total, antídoto contra a sua fragmentação e os caminhos que, por vezes, o transformam em **passageiros da fantasia.**

José Lacerda Alves Felipe
Editor

Labim/UFRN

Labim/UFRN

SUMÁRIO

Páginas

Profª Drª Maria Angélica Furtado da Cunha Pessoa
A PRONÚNCIA NATALENSE: O s Pós-Vocálico 07

Profª Maria das Graças Lucena de Medeiros
DIREITOS E CONQUISTAS DA MULHER FRENTE À REALIDADE JURÍDICA BRASILEIRA 23

Profª Drª Maria Bernadete Fernandes de Oliveira
O DISCURSO COMO FENÔMENO IDEOLÓGICO: A concepção de M. PÊCHEUX. 31

Profª Ms. Lívia de Oliveira Borges
PROMOÇÃO SINDICAL 39

Profª Ms. Brasília Carlos Ferreira
A MEMÓRIA COMO REDENÇÃO 45

Prof. Ms. José Antonio Spinelli Lindozo
A PROPÓSITO DE NICOS POULANTZAS: Algumas questões de método.... 53

Profª Ms. Vânia de Vasconcelos Gico
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: Uma estrutura em crise 63

Profª Ms. Vera Lúcia Medeiros Maia
A PRONÚNCIA NATALENSE: Vogais pretônicas médias 75

Profª Drª Françoise Dominique Valéry
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL..... 85

Prof. Ms. Luiz Carvalho de Assunção
Resenha - PASSAGEIROS DA FANTASIA 95

VIVÊNCIA	UFRN.CCHLA	v.4	N.1	JAN/JUN	1991

Labim/UFRN

Labim/UFRN

A PRONÚNCIA NATALENSE: O s PÓS-VOCÁLICO

Autor: Profª Drª Maria Angélica F. da Cunha Pessoa

1. INTRODUÇÃO

A realização do s implosivo[1] no português do Brasil tem sido objeto de estudo por parte daqueles que se interessam pela variação dialetal neste país. É uma das marcas dialetais que diferencia grupos de falantes do português, ao mesmo tempo em que pode ser interpretada como marca de dialetos sociais.

É comum ouvir-se dizer que os falantes do Rio de Janeiro e das capitais nordestinas "chiam nos ss", enquanto os demais "não chiam". "Chiar" pode ser chique ou errado, dependendo da região geográfica e do estrato social a que pertença o falante.

O fenômeno do chaido aponta para uma regra de palatilização das fricativas implosivas que neutraliza oposições entre segmentos como /s/ e /š/, por um lado, e /z/ e /ž/, por outro, ficando as condições estruturais responsáveis pelas características da substância fônica.

Ao estudar as possíveis realizações do s implosivo na fala coloquial tensa do português do Brasil, Mattoso Câmara afirma:

> "... as quatro sibilantes portuguesas se reduzem a uma única, ou antes a duas, mas a neutralização da oposição entre elas fica surda diante de pausa ou de consoante surda(...) e sonora diante de consoante sonora (...). Quanto à oposição entre consoante anterior (ou seja, sibilante) e posterior (ou seja,chiante) ela cessa em proveito de uma das modalidades, conforme o dialeto regional.(...) Podemos então falar numa neutralização entre as quatro consoantes em proveito de um único traço distintivo permanente: a fricção produzida pela língua."
>
> (Mattoso Câmara, 1970:41)

Nosso objetivo, neste trabalho, é o de tentar verifi

Labim/UFRN

car como se realiza, na fala de Natal, o arquifonema resultante da neutralização aludida acima e a que condicionamentos - sócio-culturais ou fônicos - está sujeita sua realização.

Fomos motivados, na escolha desse tema, por dois fatos: em primeiro lugar, relativamente poucos estudos lingüísticos mencionam características nordestinas de fala, atendo-se, em sua maior parte, a dialetos do leste e sudeste do Brasil. Desse modo, a variedade falada em Natal representa um campo em aberto para todos os que se interessam pela tarefa de descrever as variantes dialetais do português do Brasil. Em segundo lugar, quando se aborda o fenômeno da palatilização do s implosivo na fala do Rio de Janeiro, costuma-se dizer que ele ocorre também em quase todo o resto do Brasil, à exceção de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (cf. Mattoso Câmara, 1970:41) ou que existe a pronúncia /s̆/ no nordeste, mas limitada a casos particulares (cf. Révah, 1958:4). Pretendemos descrever as realizações da fricativa implosiva na variedade de Natal para cotejá-la com as realizações deste fonema na fala do Rio de Janeiro, segundo as descrições feitas pelos autores que consultamos.

Mesmo se tratando de um exame preliminar de amostra da fala de Natal, este estudo talvez possa funcionar como fonte de evidência para confirmar a configuração da situação dialetal nesta cidade. Os resultados a que chegamos constituem uma primeira abordagem ao fenômeno que ora investigamos e que esperamos sejam ratificados por análises posteriores.

2. NATUREZA DOS DADOS

Os nossos dados provêm de quatro gravações de meia hora cada, de conversação entre pesquisador e informante. As entrevistas obedeceram ao seguinte roteiro: questionário sobre dados da vida e condição social do informante; conversação orientada sobre tema proposto pelo pesquisador; elicitação de um discurso narrativo monológico mediante apresentação de gravura.

As gravações utilizadas foram extraídas do "corpus"

Labim/UFRN

do projeto de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte intitulado O português de Natal:variantes sociolinguísticas, que está sendo desenvolvido por Vera Maia e Maria Angélica Pessoa.

Os informantes são quatro mulheres pertencentes a dois níveis sócio-culturais distintos: duas estudantes universitárias cursando o 4º ano de Psicologia, A. e T., de clase média alta, filhas de profissionais liberais, de um lado, e duas pessoas semi-alfabetizadas[2], G. e C., de outro. Para reduzir as possibilidades de variação decorrente da influência de falantes de outras regiões do Brasil, todas as informantes nasceram em Natal e residiram nesta cidade a maior parte de suas vidas. Estão compreendidas na faixa etária de 20 a 25 anos.

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1 - Realizações

Em nossos dados, os contextos em que o s implosivo ocorre são os seguintes:

a) intrapalavra, fechando sílaba, diante de consoante (ex:'doméstica');

b) interpalavra, em posição final absoluta (ex: 'tal vez'); em final de palavra, diante de consoante (ex: três de julho') e diante de vogal (ex: 'atividades esportivas').

A observação dos dados transcritos permite-nos apontar as possíveis realizações para o s implosivo na fala potiguar:

- fricativa alveolar surda ou sonoro /s/ e /z/;
- fricativa palatal surda ou sonora /š/ e /ž/;
- fricativa laríngea (aspiração) /h/.

3.1.1 - Realizações por condicionamento fônico

Conforme pode ser observado nos quadros 1 e 2, a fricativa alveolar representa a realização mais geral na fala de Natal, predominante em todos os contextos. Ocorre:

- diante de todas as oclusivas, /p,b,t,d,k,g/, seja

Labim/UFRN

interpalavra, como, por exemplo, em: /h ɛ s 'peytu/'respeito',/uz'bahku/ 'os barcos',/'fɛsta/'festa', /'deyzdi/ 'desde', /is'kĩna/ 'esquina', /raz'go/'rasgou';

- diante das fricativas /f,v/, como, por exemplo,em: /as'fawtu/ 'asfalto' e /oz'vawdi/ 'Osvaldo';

- diante das nasais /m,n/, como em: /'mezmu/ 'mesmo' e /'õnibuz na/ 'onibus na...';

- diante da lateral /l/, como em: /mayz libɛhdadi/ 'mais liberdade'. Em juntura, diante de vogal, ocorre sempre a fricativa alveolar sonora /z/, por ex: /naz iš'trada/ 'nas estradas'. Em posição final absoluta, o arquifonema realiza-se como fricativa alveolar surda /s/, por ex: /'ãnus/ 'anos'.

A fricativa palatal tem sua ocorrência limitada a contextos particulares. Ocorre:

- diante das oclusivas dentais /t,d/, em posição intrapalavra, como em: /'fɛšta/ 'festa' e /'deyždi/ 'desde';

- diante de /t,d,l,n/, em juntura, como nos exemplos seguintes: /'eliš trabaʎa/ 'eles trabalham', /'toduž doys / 'todos dias', /doyž 'litu/ 'dois litros' e /da'keliž'nu klews/ 'daqueles núcleos'.

A fricativa laríngea ou aspiração foi constatada diante das consoantes sonoras /m, n, l, v, b, d/, como nos exemplos: /'mehmu/ 'mesmo'; /dayh 'nɛvis/ 'das Neves', /dir'liga/ 'desliga', /todayh vez/ 'todas as vezes', /'ũah bes'tera/ 'umas besteiras' e /mayh difɛ'rẽti/ 'mais diferente'. Houve, ainda, duas ocorrências de /h/ diante de vogal, verificadas na fala das informantes semi-alfabetizadas /mayh 'eli/ 'mais ele' e /mayh a'si/ 'mais assim'.

Quanto à sonoridade, como observou Mattoso, as fricativas surdas /s/š/ ocorrem diante de consoante surda, como, por exemplo, em: /is'kɔla/ 'escola' e /flɔ'resta/ 'floresta', enquanto as fricativas sonoras /z/ž/h/ ocorrem diante de consoante sonora, quer intra, quer interpalavra, como em: /raz'go/ 'rasgou', /deyždi/ 'desde' e /sĩplih'mẽti/ 'simplesmente'.

Convém ressaltar que, diante de /t,d,l,n/, há varia

Labim/UFRN

ção, isto é, nestes contextos tanto pode ocorrer a fricativa alveolar quanto a fricativa palatal.

Diante de /d,l,n/, há ainda uma outra possibilidade de realização, além da que acabamos de mencionar, ou seja, a ocorrência da fricativa laríngea ou aspiração.

Há, também, variação diante de /m/: neste contexto o arquifonema realiza-se ora como /z/, ora como /h/. Ex: /'mehmu/7'meyzmu/ 'mesmo'.

3.1.2 - Realização por níveis sócio-culturais

Nosso interesse, ao registrar a fala de informantes provindos de níveis sócio-culturais bastante diferenciados, de um lado, universitárias, e de outro, semi-alfabetizados, foi o de revelar a linguagem falada em Natal em sua dinâmica interna, social. Interessa-nos, sobretudo, verificar de que modo é marcada dialeticamente a origem social do falante e de como se distribuem na comunidade lingüística traços inovadores e raços conservadores de fala.

Todas as nossas informantes apresentam ocorrência predominante da fricativa alveolar, uma evz que a fricativa palatal e a aspiração se restringem aos ambientes acima mencionados.

Os contextos em que pode haver variação na pronúncia da fricativa são os mesmos (diante de /t,d,l,n,m/), tanto para as informantes universitárias quanto para as semi-alfabetizadas. Contudo, há um detalhe que diferencia o comportamento das informantes: o fato de o s ocorrer inter (em juntura) ou intrapalavra parece influenciar a realização do arquifonema, que não é exatamente o mesmo, de informante para informante, em face desta última circunstância. Para ilustrar essa situação, tomemos, primeiramente, as universitárias:

- para uma delas, A., a variação entre /s/ e /š/ antes de /t/, por um lado, e entre /z/e /h/ diante de /m/, por outro lado, só ocorre em posição intrapalavra, não se observando um juntura, cujo resultado é unicamente /s/ diante de /t/ e /z/ diante de /m/. A variação volta a ser

Labim/UFRN

constatada diante de /d/, inter e intrapalavra, com realização sonora /z/ e /ʒ/.

- o mesmo não ocorre com a universitária T., que faz variar a realização da consoante tanto inter como intrapalavra.[3]

Com relação às informantes semi-alfabetizadas, nota-se uma diferença na distribuição das variantes:

- Para G., só em juntura há variação /s/š/ diante de /t/ e /ʒ/h/ diante de /m/, exatamente ao contrário do que acontece com A.; intrapalavra, a ocorrência de /š/ diante de /t/ e de /h/ diante de /m/ é a única possível.

- C., por sua vez, pronuncia sempre /š/ antes de /t/, quer em juntura quer no meio da palavra. Contudo, apresenta variação /ʒ/h/ antes de /m/ apenas intrapalavra.

Destas observações se segue que a variação não é unicamente condicionada pelo segmento imediatamente vizinho mas também pela "fronteira estrutural" (sílaba ou palavra) onde se situa a fricativa em estudo, haja vista que um mesmo informante pode apresentar resultado diferente (variando ou não) diante do mesmo segmento.

Este é um fator curioso em nossa análise. Seria de esperar que atuasse de modo consistente de informante para informante. Mas, se compararmos A. e G. acima, encontramos resultados inversos para o mesmo fator. E se imaginarmos um contínuo que vai da não-palatilização absoluta (/s/) à palatilização absoluta (/š/) do s implosivo diante de /t/ em posição interpalavra, podemos dizer que A. e C. ocupam os extremos desse contínuo: A. retrata o caso de não-palatilização absoluta e C., o de palatização absoluta. Do mesmo modo, diante de /m/, A. representa o caso de realização sibilante absoluta e C., o de aspiração absoluta.

Portanto, fica evidente que não é possível opor o grupo das universitárias (A. e T.) ao grupo das falantes semi-alfabetizadas (C. e G.), uma vez que a variação na pronúncia do s implosivo diante das mesmas consoantes[4], esta variação parece estar associada ao tipo de "fronteira estrutural" mencionada, de modo a não refletir literalmente características sócio-culturais.

Labim/UFRN

Ao estudar a evolução da pronúncia em Portugal e no Brasil, Révah (1958) descreve o valor sibilante do s implosivo como sendo a pronúncia antiga, que remonta, em Portugal, ao século XVI, em oposição à pronúncia moderna chiante. Se considerarmos, pois, que a palatilização do s implosivo na fala de Natal se encontra em processo de instauração, podemos afirmar, com base em nossos dados, que o menor grau de palatalização constatado nas informantes de nível sócio-cultural mais alto, sobretudo em A., reflete a conservação da pronúncia antiga. E o maior grau de palatalização constatado nas informantes semi-alfabetizadas, sobretudo C., reflete o ponto de penetração da mudança. Para explicar esta "quase especialização" na preferência pela variante mais antiga ou mais moderna, podemos lançar mão de várias considerações. Uma delas está relacionada à influência do papel da escola (que costuma prestigiar pronúncias mais conservadoras) através da fixação da ortografia e à intenção de reproduzir a representação ortográfica do s, como alveolar, na fala. Outra explicação para a atitude mais conservadora das falantes universitárias é a consciência, por parte delas, da diferenciação existente entre o falar potiguar e o carioca no que diz respeito à pronúncia do s; e a tentativa de manter esta diferenciação com o fim de se distinguir do padrão carioca. As informantes de classe baixa, por sua vez, não sofrem a pressão da escola, que pouco freqüentaram, e estão menos atentas - ou dão menor importância - às diferenças dialetais. É de supor, portanto, que nelas a evolução se dê de forma mais natural e esteja mais avançada.[6]

4. QUANTIFICAÇÃO

Nesta seção passaremos a expor alguns números referentes à porcentagem de ocorrência das fricativas palatais e aspirada. Mencionamos que as posições intra ou interpalavra do s parecem ter alguma influência sobre a pronúncia deste segmento. Decidimos, pois, fazer o cálculo da porcentagem em separado para as ocorrências em cada uma dessas posições.

Vejamos, primeiramente, o que acontece com relação

Labim/UFRN

às fricativas palatais. Intrapalavra, só constatamos a palatalização do s diante das fricativas /t,d/. Diante de /t/, o percentual de ocorrência de /š/ é de 67%, no total de 125 dados. Diante de /d/, /ž/ é gerado 66% das vezes, no total de 3 dados. Interpalavra, os contextos favorecedores da realização de /š/ e /ž/ são mais amplos e abrangem, além das fricativas dentais, /t,d/, a nasal /n/ e a lateral /l/. Diante de /t/, a porcentagem da palatilização é de 61%, em 26 dados. Diante de /d/, a ocorrência de palatais é de 53%, sobre 47 dados. Diante de /l/, a porcentagem de palatalização é de 13%, em 15 dados. Diante de /n/, é de 11%, em 27 dados. Estes números nos levam a concluir que a palatalização é mais freqüente diante das fricativas dentais, sobretudo se surdas, ocorrendo tanto intra quanto interpalavra.

Com respeito à aspiração, verificamos que, interpalavra, ela se limita às ocorrências de s antes de /m/. Para esta posição e este contexto fônico, a porcentagem de ocorrência de /h/ é 60%, no total de 10 dados. Interpalavra, as procentagens de ocorrência da fricativa aspirada são mais baixas, embora os contextos favorecedores sejam mais abrangentes. Alguns dos contextos favorecedores da aspiração são coincidentes com os da palatilização, como /d,l, n/ seguintes ao s. A fricativa /h/ ocorre, ainda,diante de /v/ e /m/. Interpalavra, a aspiração é mais freqüente diante de /n/, 44% em 27 dados. Diante de /m/, a freqüência de ocorrência de /h/ é de 41%, em 29 dados. Comparando estes números com a observação feita anteriormente de que, em nossos dados, o único contexto em que se pronuncia /h/, quando o s está intrapalavra, é diante de /m/,podemos concluir que a aspiração é favorecida quando a implosiva é seguida por consoante nasal. Para os outros contextos fônicos, os números são os seguintes: diante de /l/, 40% em 15 dados; diante de /v/, 22% sobre 18 dados; e diante de /d/, 10% em 47 dados.

Muito embora nosso "corpus" seja limitado e não nos permita afirmações categóricas, as porcentagens acima parecem confirmar nossa hipótese de que o s implosivo na fala potiguar esteja caminhando no sentido da evolução de /s/ ou /z/ para /š/, /ž/ ou /h/. A partir dos resultados

Labim/UFRN

dessa pesquisa-piloto, esperamos avançar no conhecimento da situação dialetal em Natal.

5. SISTEMA DE REGRAS

De posse dos dados relativos às realizações do s implosivo na fala de Natal, apresentaremos, a seguir, o sistema de regras que dá conta destas realizações.

Em 3.1.1, vimos que a fricativa pode ser pronunciada como alveolar em todos os contextos que verificamos em nosso dados. A fricativa palatal e a aspiração ocorrem variavelmente com relação aos ambientse fônicos e às características sociais das informantes. Estas fricativas têm sua sonoridade dependente da sonoridade do segmento seguinte. São estas as regras que deverão constituir o sistema que prevê as realizações do s implosivo que levantamos em nosso "corpus".

A regra (0) é categórica e focaliza a sonorização da fricativa diante de consoantes sonoras e de palavras começadas por vogal e seu ensurdecimento diante de consoantes surdas.

A regra (1) descreve a realização do arquifonema como fricativa alveolar em posição final absoluta e em posição final diante de segmentos vocálicos ou consonantais. Postulamos esta regra como sendo a regra de base devido à frequência de sua aplicação e à variedade de ambientes que cobre.

A regra (2) focaliza a realização do arquifonema como fricativa palatal surda diante de /t/, e como fricativa palatal sonora, diante de /d,l,n/. Esta é uma regra variável que, se aplicada após a regra (1), produzirá, como resultado, /š/ diante de /t/ e /ž/ nos demais ambientes.

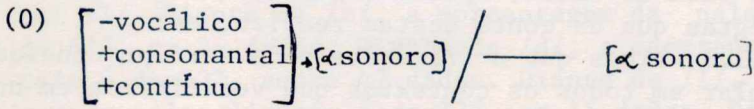
A regra (3) tem aplicação opcional e descreve a realização aspirada da fricativa diante de vogais ou dos segmentos consonantais sonoros /m,n,l,v,b,d/.

5.1 - Formalização

Na presente seção, trataremos de formalizar,tentativamente, o sistema de regras que descreve as realizações do

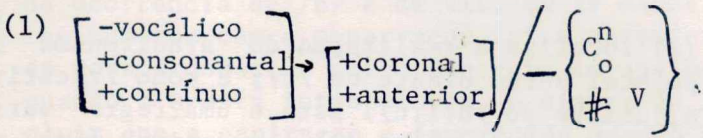
Labim/UFRN

s implosivo no dialeto natalense. Apresentaremos (0) como a formalização da regra que descreve o valor do traço sonoro da fricativa implosiva. Ela prevê a sonorização da fricativa diante de palavra começada por vogal e diante de consoante sonora, e a realização da fricativa surda diante de consoante surda:

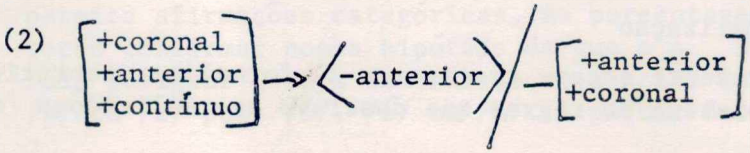


Em (0), a variável α é o meio formal usado para indicar a noção "concorda em valor com." Assim, esta regra diz que a fricativa toma o mesmo valor para o traço (sonoro) que se encontra no segmento seguinte. Esta regra é categórica e não-ordenada, pois representa um processo geral. Deste modo, aplica-se tanto para a realização alveolar da fricativa quanto para a palatal. Isto quer dizer que o "input" para sua aplicação tanto pode ser o resultado da regra (1) quanto o resultado da regra (2), que apresentaremos a seguir.

A regra (1) prevê a alveolarização do arquifonema diante de todas as oclusivas, das fricativas labiodentais, das nasais bilabial e alveolar, da lateral alveolar, das vogais e em posição final absoluta. Em (1), o segmento C_o^n significa zero ou n consoantes:



Sobre esta regra de base alveolar, incide a regra (2), que dá conta da palatalização opcional da fricativa alveolar quando seguida das consoantes coronais /t,d,l,n/. O elemento variável aparece, na formalização da regra, entre colchetes angulados.



Labim/UFRN

Para atingirmos nossos objetivos, essas duas regras têm que ser ordenadas. A regra (2), que é variável, só pode ser aplicada depois da aplicação da regra (1), que é obrigatória. Caso a regra (2) não se aplique depois de (1) o resultado é a realização alveolar do s implosivo diante de /t,d,l,n/; se a regra de palatalização for aplicada, o "out-put" será diferente e a fricativa será pronunciada como /š/ ou /ž/.

Esta formulação nos parece descritivamente adequada na medida em que espelha os seguintes fatos: a realização alveolar sempre ocorre diante dos segmentos não-coronais, de palavra iniciada por vogal ou de pausa; a presença dos segmentos coronais desfavorece a alveolarização; a palatalização diante de consoantes coronais é variável.

Até agora nosso sistema de regras compõe-se da regra (0) e das regras (1) e (2). Para completá-lo, precisamos da regra que dá conta da fricativa aspirada diante de consoantes sonoras. Esta regra é variável e incide sobre o "out put" da regra (2).

(3) $\begin{bmatrix} +\text{coronal} \\ +\text{anterior} \\ +\text{sonoro} \end{bmatrix} \rightarrow \langle -\text{coronal} \rangle / \_\_ \begin{bmatrix} +\text{consonantal} \\ +\text{anterior} \\ +\text{sonoro} \end{bmatrix}$

Sumarizando, o sistema de regras que postulamos para descrever as possibilidades de realizações da fricativa implosiva no dialeto potiguar é composto de quatro regras. A regra (0) é categórica e aplica-se em quaisquer que sejam os segmentos após o s implosivo. A regra de base é (1), a qual antecede a aplicação das regras (2) e (3). Estas últimas regras são variáveis e, como vimos anteriormente, sua aplicação depende da ação conjugada de fatores extralingüísticos, tais como nível sócio-cultural, situação de entrevista, etc., e de fatores lingüísticos, como "fronteira estrutural" e segmento seguinte.

6. CONCLUSÃO

É fato incontestável que o carioca tende a palatalizar o s em final de sílaba. Neste sentido, o trabalho de

Labim/UFRN

Callou e Marques (1975) revela-se um importante ponto de apoio na comparação entre as possíveis realizações do s no dialeto carioca e no dialeto potiguar.

No Rio de Janeiro, embora o tratamento mais geral seja a palatalização, aquelas autoras puderam constatar, ainda, a fricativa alveolar, realizações alveolar-palatal ou palatal-alveolar, a fricativa laríngea e realizações de aspiração palatal. Em Natal, a fricativa alveolar representa a realização mais geral, sendo mesmo a única que ocorre em determinados ambientes fônicos. A palatalização é uma regra variável cuja aplicação parece estar avançando nos contextos que a favorecem, sobretudo para as falantes de nível sócio-cultural baixo. Pudemos, ainda, constatar a presença da aspiração, em variação com a alveolar e a palatal, em maior número de contextos do que foi verificada no dialeto carioca: /m,n,v,d,l,b/ para Natal, e apenas os quatro primeiros para o Rio de Janeiro. Também a freqüência da realização aspirada é maior em Natal do que no Rio, o que talvez demonstre que a evoluçãopara /h/ esteja mais adiantada na capital nordestina.

Quanto às realizações por níveis sócio-culturais, tanto em Natal quanto no Rio de Janeiro, o grupo dos informantes universitários é o que revela maior estabilidade, com absoluta predominância da realização palatal (Rio) e da realização alveolar (Natal). Em ambas as cidades, é no grupo dos informantes analfabetos ou semi-alfabetizados que se observa maior incidência da fricativa aspirada /h/, que parece marcar dialetalmente a origem social do falante.

Sabemos que não é possível captar o momento exato de uma mudança lingüística, mas as variações na pronúncia de determinado segmento numa dada época podem ser indícios de futuras mudanças no sistema fônico em que se enquadra este segmento. Neste sentido, uma regra variável é importante porque, além de ser parte integrante do sistema da língua naquela época, expressa, ao mesmo tempo, uma mudança lingüística.

A pronúncia do s implosivo é dos traços comumente destacado pelos estudiosos da língua portuguesa na comparação entre o português de Portugal e o português do Brasil.Para Mattoso Câmara (1970:41), é um "'shibboleth' entre o por

Labim/UFRN

tuguês do Rio de Janeiro e quase todo o resto do Brasil, bem como Portugal, e o português de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul: ali se tem a chiante (...); aqui se tem a sibilante."

Algumas hipóteses foram aventadas para explicar a atual pronúncia chiante de Portugal e do Brasil.

Segundo Thomas Hart (1955), a razão para a mudança ocasional do s em final de sílaba para /s/, no português, é a semelhança que estes segmentos apresentam tanto em articulação quanto em qualidade acústica. Para este autor, todavia, é difícil afirmar com certeza se /s/ já era pronunciado /s/ no século XVI.

Segundo Révah (1958), o valor chiante dado ao s implosivo "é ainda um fenômeno lingüístico surgido no sul de Portugal e já aceito por Lisboa no primeiro terço do século XVIII. A notar que a área de expansão do fenômeno em direção ao norte parece bastante reduzida: na Beira, o antigo valor sibilante não-chiante é freqüente. No Brasil, a pronúncia do Rio foi atribuída à ação dos imigrantes portugueses, o que representava um caso de importação lingüística. Notaremos, entretanto, a existência da pronúncia /s/ no nordeste, mas limitada a casos particulares: "Révah cita como exemplo o Ceará, onde a fricativa palatal só ocorre diante das oclusivas dentais /t,d/ e da nasal /n/ e conclui dizendo que "o caso do s implosivo é um daqueles onde a maior parte do Brasil conservou uma pronúncia antiga, modificada na língua comum em Portugal depois do século XVI."

Antenor Nascentes (1953:52) põe em dúvida a questão da importação lingüística da fricativa palatal. Segundo ele, "tem-se atribuído o chiado carioca do s à influência portuguesa, sem mais explicações. Ora, influência portuguesa há em todo o Brasil, entretanto todo o Brasil não chia o s. Além disso, no centro e no norte de Portugal, não se chia o s e é destas regiões que vem a maior quantidade de emigrantes". Apesar de discordar da tese da imitação do falar de Lisboa, Nascentes não sugere nenhuma explicação para o fenômeno da palatalização no dialeto carioca.

Pretendemos, com o presente trabalho, ter contribuído para a descrição e conseqüente conhecimento da situação dialetal em Natal no que diz respeito à pronúncia do s

Labim/UFRN

implosivo.

Do que foi exposto, pode-se observar que o chiado, tido como característico do falar carioca, não é uma marca exclusiva, podendo também ser encontrado na capital nordestina que estudamos.

7. NOTAS

1. Usamos o termo 'implosivo' na acepção de Mattoso Câmara, que, seguindo Saussure, define como implosivas as consoantes pós-vocálicas cuja "articulação concentra-se na fase de encerramento, e o abrimento bucal, que produziu a vogal silábica, se reduz ou anula, sem solução de continuidade, para criar o elemento consonântico de travamento da sílaba." (Mattoso Câmara, 1977:73) Para outro uso do termo, confira Lass (1984:92).

2. Submetidas a um teste para verificação da capacidade de leitura, apenas G. conseguiu ler, com dificuldade, a frase a que foi exposta.

3. Para esta informante, só há uma ocorrência de s implosivo diante de /d/ intrapalavra.

4. À exceção de C., que não exibe variação diante de /t,l,n/.

5. Havia, na situação, a presença de entrevistadora carioca, o que atualizava, de certa forma, a questão da distinção entre os dialetos potiguar e carioca.

6. Nota-se, na fala das mulheres semi-alfabetizadas, a ocorrência mais acentuada da pronúncia do s aspirado, bem como a realização da aspiração em contextos mais abrangentes, como diante de vogal, por exemplo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLOU, Dinah Maria Isensee & MARQUES, Maria Helena Duarte. O -s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. Littera, 14: 9-137, 1975.

Labim/UFRN

CÂMARA JR., Mattoso. Para o estudo da fonêmica portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1977.

_____. Estrutura da língua portuguesa. 2.ed.Petrópolis, Vozes, 1970.

HASS JR., Thomas R. Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation Word, 11: 404-415, 1955.

LASS, Roger. Phonology - an introduction to basic concepts. Cambridge, Cambridge University, 1984.

NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. Rio de Janeiro, Simões, 1953.

RÊVAH, Israel Salvator. L'evolution de la pronunciation au Portugal et au Brésil du XVIe Siècle à nos jours. In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Rio de Janeiro, M.E.C., 1958.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

DIREITOS E CONQUISTAS DA MULHER FRENTE À REALIDADE JURÍDICA BRASILEIRA

Autor: Profª Maria das Graças Lucena de Medeiros*

Durante muitos anos, as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências, no passado, e a própria existência de fenômenos, como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil no Século XIX.

O feminismo teve uma abrangência emancipacionista em todos os aspectos, incluindo uma luta projetada para elevar seu "status" social, político ou econômico.

DIREITOS POLÍTICOS E VOTO FEMININO

No Século XIX, um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras proclamou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres, principalmente por meio de jornais editados por mulheres, agora quase esquecidas. Essas mulheres procuraram despertar outras mulheres para seu potencial de autoprogresso e para elevar seu nível de aspirações.

No início do Século XX, um número crescente de brasileiros defendeu o sufrágio feminino, uma exigência expressa inicialmente no final do Século XIX, mas negada pela Assembléia Constituinte de 1891.

Em 1927, Juvenal Lamartine, partidário do sufrágio, candidatou-se ao Governo do Rio Grande do Norte, defendendo em sua plataforma política os direitos políticos em to

---

* Socióloga e Advogada.
Profª da UFRN - Departamento de Ciências Sociais.
Pós-Graduada em Ciências Sociais.
Coordenadora do Núcleo "Nízia Floresta" de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações Sociais no Gênero (NEPAM) - UFRN.

Labim/UFRN

da a sua plenitude às mulheres.

As mulheres teriam não só o direito de votar, como o de serem votadas, já que a Constituição Federal não proibia as mulheres de gozarem, de todo, seus direitos políticos plenos e inalteráveis. Condenava, como absurdo, a privação de metade da população brasileira do exercício de seus direitos políticos. E foi no Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró, onde votou a primeira mulher no Brasil, Celina Guimarães. Embora a Comissão de Poderes do Senado declarasse nulas as cédulas originais de mulheres na eleição senatorial de 1928 no Rio Grande do Norte, no ano seguinte Alzira Soriano de Souza elegeu-se a primeira prefeita do Brasil, para administrar o município de Lages, no Rio Grande do Norte.

Além da questão do voto, para se abordar a Legislação Brasileira sobre a mulher, deve-se mencionar o surgimento de um novo estatuto civil para a mulher, em 1962, enquanto emenda do Código Civil Brasileiro de 1916.

Até então, a família não é defendida pela lei enquanto unidade social; porém o texto constitucional refere-se à família constituída pelo casamento, tendo direito como tal à proteção dos poderes públicos; algumas regras tratam dos direitos pessoais do indivíduo, como os efeitos do casamento, tutela, filiação e outras tratam dos direitos de natureza patrimonial, como o regime de bens entre cônjuges. No Código Civil Brasileiro, essas regras estão tratadas com base em institutos, de forma desigual que foi se formando através do tempo.

O direito de família divide-se em duas vertentes que formariam o Direito Pessoal de Família e o Direito Patrimonial da Família. Portanto, a família explica-se através de dupla relação: a pessoal - educação dos filhos; afeição conjugal; dever de coabitação; e a econômica (base de subsistência da família).

O Estado reconhece a função social da família, considerando-a como suporte da organização social e de sua própria sobrevivência, tendo interesse primário de protegê-la através de leis que garantam sua preservação. Assim sendo, antes do Código Civil, que data de 1916, o Brasil

Labim/UFRN

regia-se pelo Direito Português, em que o marido tinha poderes de chefe, podendo castigar a mulher até com cárcere privado e morte em caso de adultério. Por sua vez, o Direito Brasileiro tem concedido cada vez mais proteção à família ilegítima, tanto através de leis novas quanto através das decisões dos tribunais; a sociedade brasileira está apoiada no casamento e no concubinato. A tardia introdução do divórcio também é fator causador da tradição concubinatória; foi instituído no Direito Brasileiro, através da Lei nº 6.515, de 26.12.1977. Pelo visto, pelo Código Civil de 1916, a mulher casada era considerada como relativamente incapaz, junto com os pródigos, os silvícolas e os menores de 21 anos (art. 6º).

O ESTATUTO DA MULHER CASADA

A alteração mais importante do Código Civil Brasileiro foi promovida pela Lei nº 4.121, de 27.08.1962, chamada "Estatuto da Mulher Casada", podendo citar os seguintes itens:

a) referente à incapacidade da mulher casada, que deixou de figurar no elenco do art. 60, como sendo relativamente incapaz;

b) a supressão dos incisos que marcavam a incapacidade com a exigência de autorização marital;

c) a atribuição de "colaboradora" do marido na chefia da sociedade conjugal, com a incumbência de "velar pela direção material e moral da família", podendo reclamar em juízo divergência quanto à fixação do domicílio conjugal e exercício do pátrio poder;

d) o reconhecimento do pátrio poder à mulher que contrai novas núpcias sobre os filhos do leito anterior;

e) a obrigação da mulher de contribuir para o sustento da família, se tiver bens ou rendimentos próprios;

f) exclusão dos bens da meação da mulher, em casos de execução de dívida do marido.

A LEI DO DIVÓRCIO E SUA IMPORTÂNCIA

A Lei nº 6.515, de 26.12.1977, chamada LEI DO DIVÓR-

Labim/UFRN

CIO, trouxe, dentre outras, algumas inovações importantes:

1. alterou a denominação de desquite para "Separação Judicial", prevalecendo a forma consensual e a litigiosa;

2. a pensão alimentícia passsou a ser devida também pela mulher, se esta tiver recursos e o marido precisar de sustento;

3. a mulher não precisa mais adotar o patromínico do marido, podendo acrescer ou não ao seu, os apelidos do marido;

4. a filiação ilegítima passou a ter os mesmos direitos para efeitos sucessórios;

5. a liberdade de escolha do regime de bens do casamento, que antes, não havendo convenção, predominava a comunhão universal.

Assim sendo, VERIFICA-SE QUE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA JÁ ATRAVESSOU ALGUNS ESTÁGIOS NA EVOLUÇÃO DOS INTERESSES DA MULHER:

1. no primeiro momento, imperava somente o poder do marido sobre a pessoa da mulher;

2. no segundo, embora desapareça o dever de obediência, permanece a chefia do marido, ainda que, de fato, não se trate mais de reger a pessoa da mulher, mas "apenas sua conduta";

3. um terceiro estágio está expresso pelas legislações dos países mais desenvolvidos, onde eliminavam, embora funcionalmente, qualquer supremacia de um cônjuge sobre o outro, superando de forma plena o preconceito de inferioridade social da mulher. NO BRASIL, ESSE ESTÁGIO AINDA NÃO FOI ALCANÇADO, POIS HÁ UM HIATO ENTRE O QUE DITA A CONSTITUIÇÃO E O PREVISTO NA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA. ALGUNS EXEMPLOS:

* A Constituição de 1934 trata do princípio da isonomia, ou seja, a igualdade jurídica entre o homem e a mulher. "TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI. NÃO HAVERÁ PRIVILÉGIOS NEM DISTINÇÕES, POR MOTIVO DE NASCIMENTO, SEXO, RAÇA, PROFISSÕES PRÓPRIAS OU DOS PAIS, CLASSE SOCIAL, RIQUEZA, CRENÇAS RELIGIOSAS OU IDÉIAS POLÍTICAS".

* A Constituição de 1967 assim se refere: "TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE SEXO, RAÇA, TRABA

Labim/UFRN

LHO, CREDO RELIGIOSO E CONVICÇÕES POLÍTICAS. O PRECONCEITO DE RAÇA SERÁ PUNIDO PELA LEI".

* A Constituição de 1988 também evidenciou o princípio da isonomia, com o seguinte teor: "TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI; SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS A INVIOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, NOS TERMOS SEGUINTES:

I - HOMENS E MULHERES são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição;", etc.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 - ALGUNS AVANÇOS NOS DIREITOS DA MULHER

A Nova Constituição dispõe sobre os direitos da mulher em pontos importantes, a exemplo das anteriores, também.

. Estabeleceu a igualdade jurídica do homem e da mulher;

. Determinou que ambos exercem igualmente os direitos e obrigações na sociedade conjugal;

. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio após prévia separação de fato por mais de dois anos;

. A união estável entre o homem e a mulher passa a ter previsão na Constituição e será protegida pelo Estado, cabendo à Lei facilitar a sua conversão em casamento;

. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, sem interferência de instituições oficiais ou privadas;

. A violência familiar é crescente, ocorrendo do espancamento de filhos pelos próprios pais, e a Constituição preocupa-se com isso, estabelecendo que o Estado assegurará assistência à família para coibir a violência no âmbito de suas relações; entretanto, mencionamos a legislação ordinária que no art. 9º, § 1º, I, diz: "cessará, para os menores, a incapacidade:

Labim/UFRN

- Por concessão do PAI, ou se for morto, da mãe, e por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 18 anos cumpridos".

Observa-se que a concessão da mãe só tem lugar se o pai tiver falecido. Essa diferença não mais se adequa com a atual noção de igualdade entre o marido e a mulher.

- O art. 178 do Código Civil no § 1º diz: "Em dez dias, contados do casamento, a ação do marido para anular o matrimônio contraído com mulher já deflorada (arts. 218, 219, nº IV e 220)". Este dispositivo fere as atuais concepções jurídicas, tendo-se em vista a evolução dos costumes e a revolução sexual, deverá a Lei Civil, para atualizar-se simplesmente, revogar o preceito, observando que erro essencial, quanto à pessoa, não está categoricamente dizendo que é a mulher desvirginada.

- Ainda na Lei Civil, podemos citar outro exemplo no que diz respeito ao domicílio da mulher casada, pois o código citado prevê que o domicílio do casal é dividido pelo marido. Por que não pela mulher também?

Vê-se que à luz dos novos direitos da mulher, em face da igualdade desta com o marido em direitos e obrigações e em especial na sociedade conjugal, é imprescindível a correção do texto da legislação ordinária, para fazer face ao preceito Constitucional de igualdade jurídica do homem e da mulher.

OS PRÓXIMOS PASSOS

Concluindo, podemos indagar se essas conquistas de 1988 não encerram a luta da mulher brasileira. Ao contrário, achamos que é preciso conscientizar-se de que a elaboração jurídica é o caminho a seguir pelas novas bandeiras femininas. É mister a preocupação com o novo Estatuto da Mulher, o novo Código Civil, a atualização das diversas leis (trabalhistas, previdenciárias, tributárias), e operacionalizar tais diretrizes. Entre os próximos objetivos, destaca-se a revisão da Constituição de 1988, voltando-se para uma nova etapa que incorrerá na conquista de "novos direitos", através de estudos, debates, pesquisas, projetos e "lobbies". Não só no interesse da mulher, mas também do ho-

Labim/UFRN

mem e, pois, da família e da sociedade como um todo.

Através dessa evolução, firma-se entre nós uma nova concepção da situação jurídica da mulher. Essa luta, que se escoará através dos poderes, sobretudo do legislativo, vai se acentuar, tendo em vista a revisão da Constituição, em 1993.

BIBLIOGRAFIA

PRIVILÉGIOS; mulher solteira, casada. Ed. Aide, s.l., s.d.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia Feminina: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.

BARROSO, Carmem. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo, Brasiliense/UNICEF, 1982.

BUENO, Ruth. Regime Jurídico da Mulher Casada. Rio de Janeiro, Forense, 1972.

BUITONI, Dulcília S. Imprensa Feminina. São Paulo, Ática, 1986.

Condição Feminina (A)/Organização Nanci Valadares de Carvalho - São Paulo, Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988.

CUNHA, Roberto Salles. Os Novos Direitos da Mulher. São Paulo, Atlas, 1990.

FRANÇA, R. Limongi. Jurisprudência dos Direitos da Mulher Casada. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1980.

HAHNER, June E. A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas 1850-1937: Trad. de Maria Tereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo, Brasiliense; 1980.

LEVENHAGEM, Antônio José de Souza. Do Casamento ao Divórcio. São Paulo, Atlas, 1978.

SAMPAIO, Pedro. Alterações Constitucionais nos Direitos da Família e Sucessões. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

Labim/UFRN

TABAK, Fanny. Autoritarismo. Participação Política da Mulher. São Paulo, Graal, s.d.

VERUCCI, Florisa & MARIANO, Ediva. Os Direitos da Mulher. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

Labim/UFRN

O DISCURSO COMO FENÔMENO IDEOLÓGICO: A CONCEPÇÃO DE M. PÊCHEUX

Autor: Profª Drª Maria Bernadete Fernandes de Oliveira

I. INTRODUÇÃO

Na década de 70, surgem, na ciência da Linguagem, modelos que se caracterizam por superar as limitações das análises baseadas nos conceitos de sistema formal, herdados de Chomsky e Saussure.

Estes novos modelos têm como objetivo desenvolver uma Lingüística do Texto/Discurso, onde sejam levados em considerações os aspectos sociais, culturais e interacionais da linguagem humana.

De acordo com Maingeneau (1976), contribuíram, para a constituição desta nova abordagem, os trabalhos de Zelig Harris, estendendo os procedimentos da Lingüística Distribucional a enunciados que ultrapassam o nível da frase, e aqueles de E. Benveniste sobre a enunciação - mecanismo que permite o locutor apropriar-se do aparelho formal da língua para enunciar sua posição de locutor falante através de índices específicos.

No entanto, este novo campo de trabalho não constitui um todo homogêneo. Há diversas correntes que têm como objetivo o estudo do texto/discurso, e que se diferenciam desde a própria conceituação do que seja texto ou discurso, até quanto aos aspectos que devem ser priorizados nas análises.

Este artigo pretende discutir os pressupostos da escola francesa de análise do discurso, a partir dos trabalhos de M. Pêcheux, seu teórico mais proeminente. Por fazer parte de uma pesquisa mais abrangente, limitamo-nos a discutir no momento a concepção de ideologia subjacente à AD.(1)

II. A PROPOSTA DE M. PÊCHEUX

Em 1969, em seu livro, "Analyse Automatique du Dis

Labim/UFRN

cours", Pêcheux sistematiza sua primeira proposta de trabalho, a partir de críticas aos limites impostos pelos conceitos suassurianos ao estudo da linguagem.

Referindo-se a Saussure, afirma que este ao pensar a língua como sistema deixa de compreendê-la como tendo a função de exprimir sentido, tornando-a um objeto do qual uma ciência pode descrever seu funcionamento. Isto é, o objeto da lingüística passa a ser a descrição de regras que tornam possível tal funcionamento. Nesse sentido, afirma: "*o texto, de modo algum, pode ser o objeto pertinente para a ciência lingüística, pois ele não funciona; o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto*" (Pág. 62). Para Pêcheux, esta concepção de Saussure leva a que as unidades de análise sejam situadas em um nível inferior à frase, fato este já contestado pela gramática gerativa, que coloca em evidência uma forma de criatividade governada por regras no interior da própria língua.

O autor, portanto, recupera esta noção de frase como unidade de análise e vai além ao afirmar que uma frase apenas pode ser considerada normal ou anômala quando "*referida ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessária em um contexto dado*" (pág. 73).

A partir destes dois momentos de crítica, e ao introduzir o termo "mecanismos discursivos" Pêcheux passa a estabelecer os elementos necessários à definição de seu referencial teórico. Para ele, a AD visa a explicar que os fenômenos lingüísticos, de dimensão superior à frase, possuem também um modo de funcionamento. Mas, este não é unicamente lingüístico, dele fazendo parte as condições de produção - mecanismos que visam a situar os protagonistas e objetos do discurso, bem como seu processo de produção, enquanto elementos que contribuem para a produção do sentido.

O discurso é entendido como "efeito de sentidos" entre interlocutores que não são indivíduos e sim "*lugares determinados na estrutura de uma formação social*" (pág.82). Segundo ele ainda, estes lugares estão representados nos

Labim/UFRN

processos discursivos, mas funcionam como formações imaginárias, ou seja, "*a imagem que eles [os interlocutores] fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro*" (pág.82). Além disso, faz parte ainda do processo discursivo o referente - entendido também como objeto imaginário, e não como realidade física, além das antecipações do emissor - ou seja, como este imagina o receptor.

Desta forma, diríamos que, até então, a noção de discurso compreende um processo, no qual o lingüístico e o social se articulam, podendo a materialidade discursiva ser estudada, a partir das condições de produção (formações imaginárias), isto é, a imagem que o locutor faz do lugar que ele ocupa, na estrutura social, daquela de seu interlocutor e do referente.

Sem dúvida, Pêcheux consegue extrapolar os limites colocados pela concepção saussuriana, na medida em que integra as condições de produção - externas ao funcionamento da língua - como parte constitutiva do sentido.Mas, a proposta não consegue avançar na explicação da dimensão sócio-histórica da linguagem. Os elementos estruturais que definem as condições de produção, ainda estão presos ao modelo psico-social da Teoria da Informação, e seu modelo de análise lingüística permanece com base nas cadeias de Markov. Estes alguns dos problemas que apontamos nesta primeira versão da AD, e sobre a qual não nos deteremos, pelo fato de ser esta versão superada pelo próprio autor em trabalhos posteriores.

Em 1975, em um artigo intitulado "Mises au Point Discours", Pêcheux, em colaboração com Fuchs, visa a explicitar possíveis equívocos, ambigüidades, segundo ele próprio, apresentadas no desenvolvimento da AD. Segundo ele, a AD deve situar-se no campo teórico de três áreas do conhecimento, assim definidas: "*materialismo histórico - como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos*" (pág. 163).

Define como área de interesse do materialismo histó

Labim/UFRN

rico aquela que diz respeito à superestrutura ideológica, em sua ligação com o modo de produção dominante em uma da da sociedade. E afirma que "*a instância ideológica... aparece como uma das condições de reprodução da base econômica, ou mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica*" (pág. 165). Segundo ele, o modo de funcionamento da instância ideológica, para reproduzir as relações de produção, consiste na interpelação ou assujeitamento do sujeito, enquanto sujeito ideológico, de tal modo que, "*cada um seja conduzido sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção*" (pág. 166). São os Aparelhos Ideológicos de Estado (A.I.E.)(2) que asseguram essa reprodução das relações entre classes, e é neles que se afirmam materialmente as ideologias. Define "formação ideológica" como o elemento capaz de intervir em momentos de confronto com outras forças constituindo um conjunto complexo de atitudes e representações referentes às posições de classe.

O discurso, nesta perspectiva, constitui-se como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica; e desta forma, as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas, as quais determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura. Para ele, cada modo de produção teria uma formação ideológica dominante, manifestada em várias formações discursivas, através do A.I.E. dominante. Desta forma é que, no modo de produção feudal, o A.I.E. dominante seria a Igreja, através da religião, e que manteria "Discursos" diferenciados de subordinação, desde que realizados pelo Baixo ou Alto Clero, para os servos ou senhores. Daí, toda formação discursiva derivar de condições de produção específicas. Ainda mais, pelo fato de não se poder traçar limites entre uma formação discursiva e outra, e pelo fato destas terem sua origem, ou melhor, ser a materialidade das formações ideológicas (representações imaginárias ligadas à prática), é que se pode dizer que os "efeitos de sentido" de uma dada formação discursiva apenas podem ser compreendi

Labim/UFRN

dos com relação à ideologia subjacente. Ou seja, este modo de funcionamento do discurso desmistifica a ilusão de que o sujeito é fonte do sentido. Isto é, a idéia de que um texto está biunivocamente associado a um sentido é, para o autor, "*uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem que contribui neste domínio específico para produzir o efeito de assujeitamento*" (pág.169). Na realidade, afirma ainda o autor, "*o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou aquela formação discursiva*" (pág. 169).

O fato, portanto, de todo sentido pertencer a uma formação discursiva, e, apenas nela, poder ser compreendida, reativa a polêmica sobre a existência de uma semântica universal, e, que, segundo Pêcheux, a retomada pelo sujeito de um sentido universal é apenas uma característica da ilusão discursiva do sujeito. Este fenômeno, ele designa de "esquecimento nº 1", e significa o apagamento da materialidade discursiva diante do sujeito, e a constatação de que os processos discursivos não podem nele ter sua origem.

O autor considera, ainda, que a AD, entendida como uma análise não-subjetiva dos efeitos de sentido, passa por uma fase de análise lingüística, vez que a língua é o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido. Isto leva à necessidade de discutir a problemática da enunciação de uma ótica diferente da perspectiva idealista proposta por Benveniste. Ou seja, superar a idéia de que o sujeito enunciador é livre e portador de escolhas e intenções. Ou ainda, superar o fenômeno que Pêcheux chama de "esquecimento nº 2", e que se constitui na impressão de realidade do pensamento para o sujeito, na medida em que este tem a ilusão de que "eu sei o que digo", "eu sei o que falo".

Para ele, ainda, a sintaxe não deve ser tratada como o domínio neutro de regras puramente formais, pois, na medida em que estas constituem um modo de organização do enunciado, passam a possuir e produzir "significação".

É, no entanto, em uma obra também publicada em 1975, sob o título "Les vérités de la palice", que se pode en

Labim/UFRN

contrar mais claramente os fundamentos teóricos de sua concepção de ideologia e seu modo de funcionamento. Nela, Pêcheux polemiza com os empiristas lógicos e afirma que estes erram ao "*considerar as ideologias como idéias e não como forças materiais, de outro lado em conceber que elas têm origem nos sujeitos, quando na verdade elas constituem os indivíduos em sujeitos*" (pág. 129). Para ele, é necessário uma teoria não subjetiva do sujeito, e vai buscar suporte teórico, para sua definição de sujeito - assujeitado em oposição ao sujeito livre do empirismo, na formulação de Althusser, quando este diz, "*o indivíduo é interpelado como sujeito para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão*" (pág.133). Continuando no rastro althusseriano, vai diferenciar "Ideologia" de "ideologias". Para ele, a Ideologia não tem história, no sentido de que sua estrutura e funcionamento apresentam-se na mesma forma em toda a história das sociedades de classe. E nesse sentido, a Ideologia, à semelhança do inconsciente freudiano, é eterna. Enquanto que as ideologias - ou formações ideológicas - são historicamente dadas, e têm uma existência concreta. Deste modo, diz ele, é a ideologia a qual através do "hábito" e do uso define aquilo que é, e aquilo que não é. Daí sua afirmação de que o sentido só pode ser concebido a partir de uma formação ideológica. Segundo ele, "*o caráter material do sentido - mascarado por sua evidência transparente para o sujeito - consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos o todo complexo das formações ideológicas*" (pág. 160).

III. SOBRE A PROPOSTA DE PÊCHEUX

Pêcheux posiciona-se contra a visão do estruturalismo lingüístico, ao provocar uma ruptura com a Lingüística do sistema, entendida como uma ciência que pretende cingir-se ao funcionamento interno da língua. Isto se dá no âmbito do próprio sistema, ao considerar que a estrutura sintática não é neutra, que a enunciação não é um fenômeno individual, e que a exterioridade - condições de produção - cons-

Labim/UFRN

tituem o sentido. No entanto, suas colocações no campo do materialismo histórico permanecem ao nível do chamado pós-estruturalismo francês, e nesse sentido é que aponta mos alguns problemas. Por exemplo, sua definição de dis curso como efeitos de sentido entre interlocutores, os quais são apenas "lugares na estrutura social", torna o produtor do discurso um "Träger (portador) de determina ções estruturais. Esta noção corresponde ao já citado pós-estruturalismo francês, no qual o sujeito (classe) não é mais agente da história, e sim um sujeito assujeita do através das ideologias. É a estrutura que se manifesta através dos indivíduos pensantes, e como diz Pêcheux, sem que estes possarm se dar conta destas ilusões (esqueci mentos nº 1 e 2). Em outras palavras, esta formulação re flete a visão de Althusser que considera as formações so ciais como efeitos de estrutura de um modo de produção, e é nesta direção que Pêcheux entende os processos discur sivos como formações imaginárias. O discurso, portanto, enquanto representação, é matéria-prima oriunda de uma prática ideológica determinada pelos A.I.E. Daí, ele não ser uma realidade objetiva, um dado empírico, ponto de partida para análise, e sim "efeitos de sentido", um cons trutor de uma relação imaginária. A concepção de ideolo gia, enquanto elemento de dominação e mistificação, adota da por M. Pêcheux, leva a uma compreensão de discurso sem agentes, preso a formações ideológicas cristalizadas e de terminadas estruturalmente. Nesse sentido, por exemplo, Agosti (1984) lembra que a consideração da ideologia como força material, ou seja, determinada pelo fator econômi co, obscurece o fato de que as forças materiais,apesar de serem berço da ideologia, não representam ideologias em si próprias. Estas só se constituem no fato social e não no fenômeno econômico em si. Ainda nesta direção, Gramsci (1978) afirma que a ideologia como sistema orgânico não é uma planificação a priori das condutas, e por extensão di ríamos do discurso. Uma ideologia - concepção de mundo pa ra Gramsci é universal, na medida em que se constitui co mo conjunto de valores para uma sociedade numa situação historicamente dada, mas ela se particulariza, na medida em que, no seio, cria-se o pólo embrionário de sua contra

Labim/UFRN

dição. E é nessa contradição entre o pensar/agir que se pode analisar o discurso enquanto dado de realidade.

Enfim, em um primeiro momento de análise, quer nos parecer que a proposta de Pêcheux para análise do discurso, enquanto um fenômeno ideológico, mantém este aprisionado numa cela rígida, em vez de tratá-lo à luz das contradições, próprias de uma sociedade de classes. Sem dúvida, contribui para isso seu referencial teórico que desqualifica os agentes da história e sua própria história.

N O T A S

(1) A escola francesa de análise do Discurso será denominada AD no decorrer deste artigo.

(2) A.I.E. é a abreviação de "Aparelhos Ideológicos de Estado".

(3) Os textos de M. Pêcheux em português foram extraídos da tradução contida no livro "Por uma análise automática do discurso", Campinas, Ed.da UNICAMP, 1990.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTI, H. Ideologia e Cultura. Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

MAINGENEUA, D. Initiation aux méthodes de L'analyse du Discours. Paris, Hachette, 1976.

PÊCHEUX, M. Analyse automatique du Discours. Paris, Dunod, 1969 - Les vérités de la Palice. Paris, Maspero, 1975.

PÊCHEUX, M. et Fuchs. Mises au Point et Perspectives à Propos de l'analyse automatique du Discours. Langages, nº37, Paris, 1975.

Labim/UFRN

PROMOÇÃO SINDICAL

Autor: Profª Ms. Lívia de Oliveira Borges

A idéia de elaboração de projeto de promoção sindical partiu de duas observações preliminares: a primeira delas apontava que os conteúdos curriculares, dos cursos que preparam profissionais de recursos humanos, têm como referência principal a visão das próprias organizações sobre a referida área de atuação; a segunda, que a maioria dos especialistas conserva atitudes de ceticismo e rejeição ao uso de técnicas modernas nas suas atividades o que, entre muito outros fatores, contribui para acentuar as desigualdades nas relações trabalhistas. Além disto, desconhecia-se a existência de um fórum adequado para incentivar as discursões sobre estes assuntos.

Assim, pensou-se na elaboração de um projeto que pudesse atender aos seguintes objetivos:

Assistir os sindicatos, através da promoção de curso e seminários, bem como de assessoramento técnico especializado na execução de tarefas e/ou atribuições específicas;

Oportunizar aos estudantes universitários a realização e/ou participação em atividades de caráter prático nas áreas de Psicologia, Comunicação Social, Administração e Sociologia.

Partiu-se, então, para a formação de equipe multidisciplinar de professores através de contatos com a Pró-Reitoria de Extensão e com os diferentes departamentos acadêmicos. Tal equipe ficou constituída pelos professores *Antonio Joaquim de Oliveira* (Depto. de Ciências Sociais), *João de Carvalho Costa* (Depto. de Ciências Sociais e do Mestrado de Administração de Recursos Humanos), *Edson César F. Claro* (Depto. de Artes) e *Míria Moema Filgueira Pinheiro* (Depto. de Comunicação Social). Esta última, por necessidade de afastamento da UFRN, posteriormente foi substituída por *Vanilda Vasconcelos da Silva*, do mesmo Departamento.

A equipe, antes de formular o projeto definitivo, procedeu a um levantamento preliminar de necessidades num pequeno número (6) de sindicatos locais, a fim de garantir

Labim/UFRN

bom nível de compatibilidade com a realidde.

ATIVIDADES REALIZADAS

Com base nos resultados desse levantamento preliminar de necessidades e na disponibilidade técnica da equipe, projetou-se as atividades dirigidas à consecução dos objetivos já citados, e, após os encaminhamentos burocráticos administrativos do projeto na UFRN, realizou-se as atividades seguintes:

a) Divulgação

Junto às entidades foi bastante estabelecer um contrato de interesse mútuo com os sindicatos que participaram do levantamento de necessidades. Junto aos estudantes foram estabelecidos contratos diretos em sala de aula e divulgou-se, também, através de cartazes preparados manualmente. Contou-se com a participação efetiva de 4 (quatro) sindicatos e 5 (cinco) estudantes, sendo 4 (quatro) de Psicologia e 1 (um) de Comunicação Social.

b) Cursos e Seminários

Ao logno do ano passado (1990) realizaram-se os cursos e/ou seminários citados no Quadro 1. Estes foram úteis para oferecer aos sindicalistas participantes preparação técnica, (como também)criar as condições necessárias para a oferta de assessoramento, através de estagiários, despertar a necessidade de aperfeiçoamento técnico de tarefas sindicais, levantar alternativas de atividades profissionais; bem como dar preparo prévio e que extrapolam os conhecimentos curriculares aos estudantes, antes de iniciarem as atividades práticas.

Labim/UFRN

QUADRO 1

CURSOS OU SEMINÁRIOS	DATA	CARGA HORÁRIA	Nº DE PARTICIPANTES
Sistemas sócio-econômicos e relações de trabalho	mai/jun/90	30 h	17
Comunicação Social nos sindicatos.	23 a 27/07	20 h	20
Dinâmica de grupo na condução de assembléias e reuniões.	20 a 24/08	20 h	15
Consciência corporal e profissional	02/11	04 h	10
Administração de recursos humanos e seus subsistemas	10 a 24/12	20 h	09

c) Assessoramento e prestação de serviços

Além do assessoramento direto prestado por parte da equipe a um dos sindicatos envolvidos, desenvolveu-se esta atividade através dos estudantes que prestaram os serviços seguintes:

. diagnóstico organizacional voltado para o funcionamento interno dos sindicatos;

. acompanhamento de negociação coletiva;

. elaboração de um projeto de iniciação científica sobre a percepção de uma categoria de profissionais sobre as relações de trabalho; e,

. orientação no preparo de boletins e no uso de outros meios de comunicação de massa.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Apesar de ter sido considerada a realização das atividades do projeto de extensão como bem sucedida, importa

Labim/UFRN

aqui identificar algumas dificuldades enfrentadas a título de compartilhar experiências com o leitor desta Revista. Estas dificuldades foram:

a) não existência de uma rotina de encaminhamento de projetos de extensão com equipe de professores de diversos departamentos, bem como composto de duas naturezas de atividades - cursos e assessoramento; que exigiu freqüentes explicações adicionais a cada instância que apreciava o projeto bem como dúvidas na comprovação das atividades de docentes e estudantes;

b) empobrecimento de recursos didáticos no curso e fixação de data dos mesmos não por conveniência técnica, mas de verba, devido o período de liberação das parcelas desta;

c) demora na substituição da professora que precisou afastar-se, por o projeto fugir da rotina habitual na UFRN e distinguir-se acentuadamente dos conteúdos curriculares.

FATORES FACILITADORES

Em contrapartida das dificuldades enfrentadas houve alguns fatores que incentivaram a equipe, a saber:

a) a receptividade dos sindicatos a partir do levantamento preliminar de necessidades;

b) percepção de estar gerando resultados desde o início da implementação das primeiras atividades;

c) a carência dos estudantes em relação a atividade dessa natureza; e,

d) o senso de responsabilidade de cada membro da equipe com os compromissos que iam paulatinamente assumindo.

RESULTADOS OBTIDOS

Concluída a realização das atividades em dezembro de 1990, a equipe além de perceber a consecução dos objetivos almejados, observou os seguintes resultados:

a) abertura, em Natal, de novas possibilidades de

Labim/UFRN

atuação do Psicólogo Organizacional, consolidada este ano na forma de um estágio curricular em um Sindicato;

b) levantamento de questões e alternativas para a discussão do papel social do Psicólogo Organizacional;

c) consolidação do interesse de professores de Comunicação Social pelo jornalismo sindical;

d) levantamento de temas para a pesquisa científica;

e) aproximação da UFRN com a comunidade local; e,

f) consolidação de um espaço para extensão universitária, identificando uma demanda da comunidade e gerando a oferta de um curso de formação sindical com carga horária de 84 horas, aula neste semestre, com procura de inscrições ultrapassando expectativas.

Além destes resultados, também tomou-se conhecimento informalmente, junto à Pró- Reitoria de que a realização do referido projeto abriu caminho para outros projetos combinando duas atividades de extensão de natureza diferente.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

A MEMÓRIA COMO REDENÇÃO

Autor: Profª Ms. Brasília Carlos Ferreira

> "O passado traz consigo um índice misterioso que o impele à redenção"[1]

Produtor de uma escritura fina, poética, delicada, metafórica, quase sempre hermética, mas extremamente bela, Walter Benjamin expressa em seus textos a tensão que está na raiz mesma da modernidade: a contradição entre o homem objeto e o homem sujeito; entre uma filosofia justificadora do progresso como instrumento final de libertação e o homem perdido no progresso com todas as potencialidades derrotadas. O homem moderno — às voltas com a destruição sistemática da natureza, com a sofisticação da energia nuclear para fins bélicos, com a opressão das liberdades individuais e coletivas — encontra eco na sua reflexão e nas suas imagens. É desse homem fragmentado e sem memória que ele fala, é sobre esse tempo indefinido entre a civilização e a barbárie que ele reflete.

As Teses Sobre o Conceito da História, última produção de Walter Benjamin, datada de 1940, trazem as marcas da conjuntura histórico-política em que foram escritas: a ascensão do fascismo e a emergência da 2ª grande guerra. Perspassa o texto uma certa sensação de *estranhamente* de Benjamin perante aquele mundo no qual ele se sentia incomodamente situado. De um lado, estava fugindo do fascismo, hóspede de campos de refugiados no interior da França, alquebrado pelos maus tratos derivados do coração doente e da penúria financeira que tanto o afligiu. Mas seu desconforto era mais patente sob o ponto de vista político, dado seu entusiasmo com o marxismo e sua atração pela Revolução de 17 foram duramente golpeados pelos processos de Moscou

---

1. BENJAMIN, Walter - Sobre o Conceito de História, tese nº 2, in Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 223.

Labim/UFRN

de 1936/37 e pelo pacto germano-soviético. A catástrofe iminente parecia-lhe dolorosamente próxima. Esse *estranhamento* (no sentido de pertencer a) o leva à *tentativa de elaborar uma concepção de história, afastada tanto da historiografia tradicional de classe dominante, como da historiografia materialista triunfalista.*[2] Contudo, ele não se preocupou em construir um corpo teórico que lhe fizesse oposição, ou seja, como esclarece Gagnebin, *Benjamin deixa-nos antes uma tentativa e uma exigência de reformulação teórica da teoria marxista em particular — do que um corpo de doutrina positivo e sem ambigüidades.*[3]

Segundo Benjamin, *a idéia de um progresso na humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vasio e homogêneo.*[4] Sua crítica rigorosa à visão determinista da história está centrada na sua concepção de tempo, para ele não um tempo linear *homogêneo e vazio*, mas um tempo recheado de *agoras*, enquanto possibilidades de realização. Por isso, a memória ocupa um espaço central em suas reflexões. Memória, não como uma seqüência de fotos, de imagens de acontecimentos, mas a memória revisitada como condição para que aconteça um *relâmpago*, o entendimento instantâneo do acontecimento, capaz de resgatar suas forças de atuação para o presente. É desse passado que Benjamin fala ao criticar a história como concepção linear, é essa memória que ele aponta como a chance da redenção. Por discordar da idéia de que a revolução já esteja assegurada por antecipação, já que está inscrita no centro de uma filosofia da história teológica, é que Benjamin recorre aos *agoras* que colocam no presente as possibilidades irrealizadas do passado, não como predição, mas como um possível, ficando a sua realização na

---

2. GAGNEBIN, Jeanne Marie - Os Cacos da História, Coleção Encanto Radical, SP, Brasiliense, 1985, p. 17.

3. GAGNEBIN, Jeanne Marie - op. cit. p. 9.

4. BENJAMIN, Walter, op. cit. tese 13, p. 229.

Labim/UFRN

dependência de homens e de suas ações.

Os intérpretes de Benjamin manejam com explícito mal-estar sua trajetória constante e sem cerimônia entre o materialismo e a teologia. No entanto, com a ressalva do conhecimento parcial de sua obra, a leitura já realizada nos leva a pensar essa questão menos como uma *contradição* e muito mais como uma *junção*. Essa *junção* quase num sentido metafórico, que lhe permite abrir para a incorporação do elemento subjetivo. Assim, ao introduzir na sua noção de história elementos não passíveis de uma classificação coletiva, ele reintegra o homem, resgatando-o como um ser pleno de determinações também culturais e subjetivas. Torna, portanto, esse homem capaz de uma ação que chama a atenção, a partir da peculiaridade dos elementos integrantes, para uma possível singularidade. Daí sua preocupação com o detalhe: *o detalhe é para o espaço o que Jetztzeit - o agora — é para o tempo: interrupção do passar homogêneo do tempo de seu devir abstrato e vazio; é concentração abreviada das experiências do passado no átimo do presente.*[5] O seu tempo é um tempo fragmentado que abre e reabre sempre novas possibilidades. Como captar seu significado? Para ele, por analogias e pelo acaso. Um acaso que como um relâmpago detonado no encontro com uma lembrança, com um detalhe, com um cheiro, nos conduz àquele momento e nos concede a revelação. Total? Não. Sempre parcial, sempre pronta a ser revisitada e a nos proporcionar novos segredos. A lembrança que se reconstrói está ligada ao presente,de tal modo que,tal como ele se modifica, passa a fazer novas perguntas e portanto chega a novas revelações desde que fonte inesgotável, porque jamais se dá totalmente, deixando sempre algo do *enigma*, algo da memória a ser descoberto, a ser redimido.

A formulação Benjaminiana sobre a história repousa na sua elaboração sobre a memória. E é nesse campo que ele

---

5. MATOS, Olegária - "Einbahnstrasse, A rua de mão única, de Walter Benjamin". Folha de São Paulo, 21.11.87, p. 32.

Labim/UFRN

produziu belas reflexões, como a de que cabe ao historiador *fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrever no presente seu apelo por um futuro diferente*. Ao discutir a memória, Benjamin lança mão de experiência, para ele com dois conteúdos diferentes: a experiência daquilo que é compartilhado coletivamente e a experiência no seu plano individual, que ele vai chamar de vivência. No primeiro caso, trata-se da vida em sociedade anteriores à sociedade capitalista, caracterizada pelas relações próximas, onde se remete a uma lembrança comum que é passada de geração a geração. No segundo caso, trata-se da vivência individual, característica de um mundo em que os homens estão isolados e separados pela Divisão Social do Trabalho e em que a experiência individual solitária e particular se torna característica dominante. Essa qualificação das experiências vai servir como ponto de partida para a análise que ele faz da emergência do romance na literatura, como fruto de uma sociedade em que o *refúgio da memória é a interioridade do indivíduo, reduzindo a sua história privada, tal como ela é reconstruída no romance*.[6]

A experiência pode ser constantemente re-atualizada pela lembrança e assim ser posta em ação pelos dominados. Na sociedade capitalista onde predomina a experiência isolada e individual, não há relatos, nem há narradores. Os narradores (se existissem) estariam impedidos de socializar suas lembranças por falta absoluta de sintonia. Tanto assim que o velho é um ser completamente desprezado em nossa sociedade. Os acontecimentos, as novidades sucedem-se num ritmo alucinante, e 70 anos passa a ser muito tempo (distância) e as lembranças, as experiências não encontram um desaguadouro. Mesmo entre contemporâneos, a distância é reforçada pela presença em espaços distintos, via divisão social do trabalho. Então, as possibilidades não realizadas, *as lembranças de promessas não cumpridas*[7] per

---

6. GAGNEBIN, op. cit. p. 68.
7. CHAUÍ, Marilena - Os trabalhos da Memória, in Memória e Sociedade, SP, Edusp, 1987, p. XIX.

Labim/UFRN

dem-se nos limites da memória individual, impossibilitando sua capacidade de realização. A sociedade capitalista é no fundo a sociedade que descarta a cada momento o anterior — já passado — em nome do futuro. Assim, ela consegue fazer-nos olhar sempre e mais para frente, adiando nossa expectativa para o que virá e nos iludindo com as promessas de felicidade futura, como a um cão em busca da salsicha amarrada, cuja corda alguém vai sempre puxando para mais longe.

Além do desestímulo à lembrança que apaga e anula, a memória também é oprimida pelo cortejo dos vencedores que está constantemente a impedir a tradição dos vencidos. Assim, à medida que se sufoca essas lembranças, jogadas na vala comum do esquecimento, mais e mais pessoas poderão acompanhar com admiração o cortejo dos vencedores como se fora de alguém seu.

Para Benjamin, não existe luta sem memória do passado, principalmente porque a revolução é para ele uma interrupção, uma ruptura do processo histórico, que deve sempre ser rememorado.

A complexidade na leitura de Benjamin é algo que merece ser ressaltado. Sua linguagem hermética, as citações constantes sem referência, as figuras, imagens, metáforas que ele usa, pressente (para nós). A dificuldade em acompanhar uma reflexão tão ousada e tão nova é potenciada pelo conteúdo extremamente próprio e particular com que ele revestiu os termos que utiliza. A redenção, por exemplo, ocupa um lugar central em sua reflexão, mas seria enganoso tomá-la em seu conteúdo corrente. Ou, ainda, deve-se tomá-la em seu conteúdo corrente, mas liberta de uma dimensão exclusivamente individual para expressar também e principalmente uma dimensão coletiva (classes?) remetida a um significado de ruptura histórica, de revolução. Essa dimensão explicitamente política está presente também no tratamento que ele dá à lembrança, *a salvação do esquecimento*, em que a rememoração aparece como a possibilidade de realização do que foi impedido no passado. A Redenção tem para Benjamin um conteúdo concreto e material, ancorado de um lado na rememoração em si mesma de um passado pleno de

Labim/UFRN

possibilidades irrealizads e, de outro, na condição para a ação posta e reposta através dessa lembrança e que busca realizar o que os antepassados não conseguiram, resgatando-os assim do limbo do esquecimento. A memória como lembrança e como ação é portanto a chave para entender-se a redenção tal como é posta no pensamento Benjaminiano. Ao afirmar que o *passado ilumina o presente* e portanto deve incessantemente ser buscado porque muitas das possibilidades que ele contém podem agora ser realizadas, Benjamin valoriza a memória histórica dos vencidos, chegando a considerá-la imprescindível para a emancipação no presente.

Através de termos inusitados como Redenção, Benjamin fala-nos dos combates que o homem deve travar para derrotar o cortejo dos vencedores, e instituir o cortejo dos oprimidos, *essas eternas vítimas do passado*. A relação dialética passado/presente está sempre implícita em sua reflexão, apontando para a possibilidade de reparação às *vítimas do passado* de suas injustiças e sofrimentos. Por isso, a noção de tempo que ele utiliza não um tempo vazio, e sim um tempo heterogêneo e descontínuo, pleno de conteúdo, em contraponto à idéia de um tempo linear e progressivo. Os elementos da descontinuidade seriam constituídos pelos momentos em que a tradição foi rompida, ou seja, pelos momentos em que os oprimidos se rebelaram mesmo que de forma parcial. São os fios dessas tramas, possibilidades irrealizadas que é necessário resgatar, para fazê-los ressurgir no presente. Também o Messias, referência constante em sua formulação, embora aparentemente carregado de sentido místico, é utilizado como um conceito onde o teológico e o político estão entrelaçados. O Messias não é aquele que vem, mas o que é buscado, não aquele que se revela, mas aquele cuja revelação estará tanto mais próxima, quanto mais os homens busquem modificar o presente, através de sua ação. A referência ao Messias, não como o prometido, mas como o construído, reinsere a ação humana e reinveste o homem como possível sujeito de sua história.

Labim/UFRN

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas, vol. I, SP, Brasiliense, 1987.

_____. Reflexões: A Criança, O Brinquedo, a Educação. SP, Summus, 1984.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória in: BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. 2.ed. SP, Edusp, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin. SP, Brasiliense ("Encontro Radical"), 1982.

MATOS, Olgária. Einbanhnstrasse, a rua de mão única em Walter Benjamin. Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1987.

ROUANET, Sérgio Paulo. Édipo e o Anjo. RJ, Edições Tempo Brasileiro, 1981.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

A PROPÓSITO DE NICOS POULANTZAS: ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO*

Autor: Prof. Ms. José Antonio Spinelli Lindozo

INTRODUÇÃO

Este artigo é dedicado à análise das concepções metodológicas de Nicos Poulantzas, principalmente as expendidas no texto intitulado As Classes Sociais, publicado na Revista Estudos CEBRAP nº 3. Para isso, utilizamos as análises críticas realizadas sobre a obra de Poulantzas e dos althusserianos por CARDOSO(1973), GIANNOTTI (1975), HINDESS e HIRST (1976). Abordamos, entre outras questões, referentes à concepção e à metodologia da escola althusseriana, as que dizem respeito à distinção entre "objeto de pensamento" e "objeto real", o conceito de estrutura,a relação entre os níveis econômico, político e ideológico e a noção de classe social. No decorrer da análise, procuramos criticar os pressupostos do pensamento de Poulantzas.

CARDOSO, em seus comentários sobre o artigo de Poulantzas que trata das classes sociais, ambos publicados na Revista Estudos CEBRAP, observa que o mesmo permite duas leituras, e aponta a contradição entre certas análises históricas contidas no texto (que levam em conta, fundamentalmente, o elemento histórico e dinâmico da luta de classes) e a inspiração metodológica que transparece no referido artigo, fundada num "formalismo quase classificatório" que conduz o autor a privilegiar "... definições,

* Este artigo é parte de um trabalho não-publicado("O estatuto teórico das classes na Sociologia contemporânea: as análises de Cueva, Poulantzsa e Braverman"), escrito pelo autor em 1981 e aqui reproduzido com pequenas modificações. Teria sido necessário refundi-lo todo, mas preferiu-se não fazê-lo, conservando a feição original do trabalho. Outra observação diz respeito à avaliação crítica da obra de Poulantzas que não impede o reconhecimento da importante e decisiva contribuição dada por ele à Ciência Política contemporânea.

**Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, Mestre em Sociologia pela UNICAMP.

Labim/UFRN

como se estas fossem a substantivação de contradições reais..."(1973, p.68). Cardoso propõe previamente uma crítica dos pressupostos do pensamento de Poulantzas, que tem como ponto de partida a distinção feita por Althusser entre aquilo que ele chama objeto de pensamento e o objeto real, a qual, por sua vez, dá origem a outra distinção: "...entre 'prática teórica', a Teoria com T maiúsculo, por um lado, e o processo real por outro" (1973,p.69).

A ilustração bastante elucidativa de como o althusserianismo aplica esse princípio central de sua metodologia está contida na forma como se interpreta a análise empreendida em O Capital. Com efeito, nesta obra, Marx investiga o modo de produção capitalista de forma abstrata; isto não quer dizer que ele não leva em conta a maneira como o modo de produção se constitui historicamente - antes ao contrário. Análise abstrata, nesse caso, quer dizer que certos elementos são eliminados para reter a pureza estrutural do modo de produção e revelar suas leis tendenciais.

Na inadequada interpretação desse procedimento metodológico, o althusserianismo identifica como objeto de O Capital "a teoria do modo de produção capitalista".Ora, trata-se de um determinado nível de análise em que certos elementos históricos (como já se disse) são abstraídos para se reter as leis mais gerais do modo de produção, que como tais são comuns a todo modo de produção capitalista historicamente determinado, não existindo, por conseguinte, independentemente deles.

Se é evidente que aí se elabora "a teoria do modo de produção capitalista" seria tautológico supor que o objeto é a própria teoria... Mais lógico seria admitir que o objeto é o próprio modo de produção capitalista - enquanto "objeto real-concreto" - em seu processo de constituição histórica (e é mais do que conhecido o fato de que Marx utilizou a gênese e desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra como paradigma para suas análises)(1). Por outro lado, na medida em que a análise incorpora outros elementos a atuação das leis tendenciais é modificada.

Continuando com Cardoso, nesse primeiro momento ele faz uma análise que se atém, no essencial, aos argumentos

Labim/UFRN

levantados por Giannotti em trabalho onde faz a crítica da interpretação althusseriana do materialismo histórico (2). O eixo dessa análise é construído a partir da proposição de que a história é inseparável da estrutura e o momento da construção categorial reproduz um processo que se dá no real. Nessa ótica o concreto determina o conceito "...como expressão sua e se constitui historicamente como um conjunto de muitas determinações parciais"(CARDOSO,1973,p.73).

A insistência de Althusser em descartar a herança hegeliana no marximo leva-o a rejeitar a noção de universal--concreto, segundo Cardoso. Com isso "...rejeita não só a influência da lógica de Hegel sobre Marx (a negação da negação), mas rejeita, além disso, o materialismo da doutrina marxista" (CARDOSO,1973, p.70). Corolário dessa posição é a negação do caráter ontológico da ordem categorial, postura que o obriga a "...valorizar a 'prática teórica',como recurso para garantir a objetividade do processo do conhecimento" (CARDOSO, 1973, p. 71).

Com efeito, a superação de Hegel no marxismo supõe, entre outras coisas, a construção de uma noção de causalidade que rompa definitivamente com o idealismo da "causalidade expressiva" hegeliana. Nesta, a concepção de totalidade que a fundamenta reduz todos os elementos que a compõem a epifenômenos, mera expressão de uma essência interior que se manifesta em todos os níveis e momentos; o Conceito é a essência fundante do real; a negação é mera afirmação da determinação inicial. A essa noção de causalidade Althusser, após criticá-la, tenta contrapor o específico da causalidade estrutural marxista; para tanto, ele concebe a estrutura "como uma causa imanente a seus efeitos no sentido spinoziano do termo, que toda existência da estrutura consista de seus efeitos, em suma que a estrutura, que é simplesmente uma combinação específica de seus elementos peculiares, não seja senão seus efeitos" (ALTHUSSER, 1970, p.189, citado por HINDESSE e HIRST, 1976, p.321).

Barry Hindess e Paul Q. Hirst submetem a uma crítica detalhada as concepções de Althusser e Balibar (colaborador de Althusser), às vezes de forma bastante pertinente (por exemplo no referente à "causalidade estrutural" e ao

Labim/UFRN

conceito de modo de produção transitório de Balibar); não obstante isso, cabe fazer certas reservas às concepções mais gerais que os orientam. Com efeito, ao criticarem a distinção entre "objeto real" e "objeto de pensamento", fazem notar com justeza as dificuldades que daí resultam, ao se deixar o próprio objeto real seguir intocado, não-criticado, abrindo terreno para concepções empiristas e não operando uma ruptura efetiva com as mesmas. No entanto, a solução que eles apontam significa um rompimento ainda mais radical com a teoria dialética do conhecimento. Eles não só negam a possibilidade de apropriação científica da história ("A despeito das alegações empiricistas da prática histórica, o objeto real da história é inacessível ao conhecimento", p.363), como postulam a completa inutilidade teórica e prática de seu estudo.

Ao procederem à crítica do objetivismo empiricista (o qual, ao atuar como uma precária teorização, categorias a-críticas e um substrato ideológico conservador e fixista, tenta identificar sua própria visão com os dados do real, como se o que visse estivesse grudado aos fatos) resolvem pela eliminação da própria objetividade, jogando fora a criança juntamente com a água suja: "Não há o objeto real história, a noção de que há uma história real é produto do empiricismo" (HINDESS e HIRST, 1976, p.370).

No fundo, para os dois autores, Althusser substitui o idealismo da Razão pelo idealismo da "estrutura". Para eles, num e noutro caso os elementos do todo podem ser reduzidos a uma essência interior - no caso de Althusser e Balibar (aos quais se filia Poulantzas) essa essência seria a estrutura "como uma causa imanente, a seus efeitos no sentido do spinoziano do termo".

A distribuição dialética entre essência e fenômeno, entre o abstrato e o concreto, entre a estrutura e seus elementos, não é levada em conta em toda a sua riqueza, na medida em que tal concepção dá lugar a um Todo que é idêntico a si mesmo em seus desdobramentos.

Assim, na exemplificação de Giannotti, quando Rancière, discípulo de Althusser, tenta dar uma solução ao problema de como se constitui a equação do valor (equação

Labim/UFRN

representada por dois termos: o valor de uso e o valor de troca) na sociedade capitalista, primeiro se vê obrigado a criar um paradoxo (o da expressão do valor de troca num valor de uso, numa coisa), que na verdade é apenas aparente, porquanto, como salienta Giannotti, ele confunde "valor de uso de um produto natural", a mercadoria enquanto objeto de consumo, objeto útil, produto de trabalho concreto, "e valor de uso de uma substância social posta", a mercadoria enquanto valor, enquanto cristalização de trabalho abstrato, objeto de troca, "que existe graças ao sistema presente de relações sociais. Aqui ambos os valores de uso apenas coincidem..." (GIANNOTTI, 1975, p.86).

Com efeito, o valor de uso da mercadoria considerada como produto natural está em sua capacidade de satisfazer necessidades humanas concretas (alimentar-se, vestir-se, divertir-se, etc.), ao passo que o valor de uso da mercadoria considerada como produto social do trabalho abstrato está justamente no fato de servir como meio de troca e, especificamente na sociedade capitalista, como meio que possibilita a realização da necessidade ilimitada de expansão do capital.

Descartando, ainda segundo Giannotti, a solução de Marx, que entrevia na identidade dos termos a existência de uma substância comum (o trabalho abstrato), "...o terceiro termo posto pela equação, como momento abstrato da realidade social" (1975, p.97), como apenas uma leitura possível e tentando extrair de seu texto uma outra leitura que apontaria efetivamente para a solução real do problema, Rancière, conforme Giannotti, constrói um tipo de argumentação que vai encontrar como causa explicativa da determinação da troca de mercadorias a própria estrutura do modo de produção - e eis-nos a braços, mais uma vez, com a "causalidade estrutural", que por tudo explicar, resulta numa coisa indeterminada.

Mas, com este recurso, acrescenta Giannotti, o problema parece ter sido apenas escamoteado e sua solução efetiva - oferecida por Marx ao demonstrar que determinada substância social constitui o terceiro termo, o qual consubstancia a propriedade comum que resolve a identidade de va-

Labim/UFRN

lor de uso e valor de troca -, é deixada de lado. Não se estabelece na análise os diversos momentos através dos quais a estrutura se manifesta em seus efeitos. "Enquanto não se elucidar como a totalidade determina, como a estrutura está nos efeitos mais subsiste depois deles, o problema continua insolúvel..." (GIANNOTTI, 1975, p.97).

Em última análise essa concepção idealista de estrutura encontra sua origem naquela separação, já referida, que Althusser estabelece entre o "objeto real" e o "objeto de conhecimento". Mas, como demonstra Giannotti, embora se tente atribuir tal distinção ao próprio Marx, trata-se de uma interpretação forçada ('leitura') de certas passagens, que se mantém à custa de deformá-las. A operação que justifica essa construção de dois objetos distintos consiste em retirar do concreto qualquer dimensão universal,que aparece, então, como produto do pensamento, da "prática teórica".

Giannotti descarta essa interpretação e mostra como ela não encontra apoio nos textos de Marx. É incorreto supor como Althusser "...que o concreto é necessariamente individual..." porque "...se o concreto é resumo, a saber, consiste no resumo de determinações abstratas, como é possível retirar-lhe a dimensão do universal, principalmente quando se considera ser esta realidade concreta constituída de homens que agem e pensam? (GIANNOTTI,1975, p.89). E acrsecenta: "Quando, Marx afirma: 'O todo como aparece na cabeça, tal qual um todo-de-pensar, é um produto da cabeça pensante' está obviamente se referindo às idéias singulares que estão na cabeça de cada um, resultantes de um complexo fisiológico" (GIANNOTTI, 1975, p. 89).

Além disso, justamente em relação à inversão hegeliana que apresentava o real como reflexo da Idéia,"Marx contrapõe o caráter propriamente improdutivo do pensamento teórico que apenas se apropria e reproduz (termo que Althusser deixa de comentar) o concreto numa forma espiritual" (GIANNOTTI, 1975, p. 89).

Nas palavras de Cardoso: "Não existe, portanto, a falácia empirista da identidade entre o 'objeto de conhecimento' e o 'objeto real', mas tampouco existe a separação radical da metafísica althusseriana entre a Razão que co

Labim/UFRN

nhece a história que atua, que leva ao idealismo e ao formalismo" (1973, p. 74).

Cardoso observa que a conseqüência mais imediata dessa distinção em Poulantzas é a necessidade de "...elaboração das 'teorias particulares' das várias 'instâncias regionais' em que se diversificam a realidade e o pensamento" (1973, p. 74).

A partir daí surgem as esferas distintas e relativamente autônomas do econômico, do ideológico e do político, como 'instâncias regionais' específicas, para as quais se poderia até reivindicar uma existência em geral (com efeito, como assinala Cardoso, em Poder Político e Clases Sociais Poulantzas defende a existência do "econômico em geral").

Essa extrapolação é particularmente contrária ao espírito do materialismo histórico, porquanto "...ao criticar o método da economia política, Marx critica também a idéia de uma economia (...) como algo à parte do social e do político" (CARDOSO, 1973, p. 74-5).

E ainda: "Para Marx, não se tratava de campos distintos de práticas humanas e de áreas teóricas diversas, mas de níveis de complexidade do real que se articulavam em totalidades complexas de pensamento" (CARDOSO,1973,p.74).

Essas digressões são necessárias para se compreender o modo como Poulantzas define as classes sociais: "As classes sociais são grupos de agentes sociais, homens, definidos principalmente, mas não exclusivamente, por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica" (Poulantzas, 1973, p. 7).

Logo depois, declara ser necessário recorrer a critérios políticos e ideológicos, vez que "... a superestrutura desempenha igualmente um papel importante" (POULANTZAS, 1973, p.7). Em coerência com essa posição, ao discutir mais à frente o problema do pertencimento de classe dos trabalhadores técnicos e do grupo dos "vigilantes" do processo de trabalho coloca que "...a questão de pertencerem ou não pertencerem agentes tais como 'contra-mestres', etc ... à classe operária não pode ser resolvida pela referência a seu'papel técnico' ou à divisão técncia do trabalho,

Labim/UFRN

mas sim em função de critérios político-ideológicos"(POULANTZAS, 1973, p.7).

Em sua justa intenção de combater o economicismo de cunho marcadamente empiricista que vicia certas análises, Poulantzas termina por cair numa variante de empirismo, mascarada por um sofisticado aparato conceitual. Assim,em suas formulações mais gerais esquece-se que é necessário analisar os movimentos de conjunto no interior das relações sociais de produção a fim de evitar resvalar em uma classificação um tanto rígida, consubstanciada na definição de "critérios" e adscrição de indivíduos, posições ou "lugares" a esses critérios.

Contra esta maneira de colocar o problema pode-se apontar várias objeções. Cardoso levanta algumas que atingem, a nosso ver, a essência da questão. Faz notar, por exemplo, que "...não se trata de critérios ideológicos e políticos em oposição a critérios econômicos (1973, p. 84). A verdadeira análise concreta da situação concreta, definida como a "alma" da dialética, integra todas essas dimensões num mesmo momento teórico. Transparece na definição aquele intento classificatório de que falava Cardoso, intento que encontra sua raiz numa concepção arbitrariamente seccionada da realidade social, como se esta, de certa forma, fosse constituída de camadas superpostas.

"...o fato de pertencer ou não a uma classe não pode ser visto separadamente do conjunto de relações que estruturam a situação de classe. A classe não é um atributo que se define por critérios, por mais sutis que eles sejam, ainda que incorporem 'dimensões' políticas e ideológicas. Ao contrário, como expressamente diz Poulantzas, (...) é preciso compreender as classes por seu lugar na divisão social do trabalho" (CARDOSO, 1973, p. 84).

CONCLUSÕES

Como vimos, a indisfarçável filiação de Poulantzas ao pensamento da escola althusseriana condiciona seus pressupostos metodológicos e intervêm em seu trabalho teórico. Para finalizar, apontemos alguns princípios gerais desta

Labim/UFRN

escola que estão presentes mais diretamente nas concepções de Poulantzas.

1. A distinção entre "objeto de pensamento" e "objeto real", a ponto de se conferir ao "objeto de pensamento" um estatuto ontológico independente. Tal distinção, assim radicalizada, não encontra razão de ser, face ao caráter improdutivo do pensamento teórico (no sentido de que ele não cria a realidade, mas a reproduz, embora desempenha papel importante na sua transformação).

2. A noção a-histórica de estrutura, que faz conceber os modos de produção como resultado de combinações abstratas, independentes e à margem do processo histórico.

3. A rejeição do que Althusser chama "a problemática do sujeito", ou seja, concretamente a negação da proposição de que os homens e, nas sociedades classistas, as classes sociais, fazem a história.

4. A não-aceitação da distinção entre classe-em-si e classe para si, o que leva Poulantzas a utilizar os dados referentes à consciência de determinadas frações de classe, em um dado momento histórico, como elemento fundamental para definir seu pertencimento de classes.

5. A partir daí Poulantzas elaora uma concepção de classe onde aos critérios econômicos, definidos como principais, se adicionam critérios políticos e ideológicos. Tal concepção é questionável porque as classes sociais só têm existência real no processo histórico, onde essas dimensões são inseparáveis.

NOTAS:

(1) Cremos que é neste sentido que se pode compreender a seguinte afirmação de Marx: "...até as categorias mais abstratas - precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validez senão para estas condições e dentro dos limites destes" (1974, p. 126).

(2) Cardoso cita o prefácio da edição francesa de "Origens da Dialética do Trabalho", foi publicado no Brasil sob o título "Contra Althusser"

Labim/UFRN

na Revista Teoria e Prática, e republicado em Seleções CEBRAP, n.2. Dada a importância do artigo de Giannotti também o consultamos, citando-o independentemente das referências de Cardoso.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Fernando Henrique. Althusserianismo ou marxismo? A propósito do conceito de classes em Poulantzas: comentários. Revista Estudos CEBRAP, São Paulo, n.3, p. 65-85, jan. 1973.

GIANNOTTI, José Arthur. Contra Althusser. Seleções CEBRAP, São Paulo, n.2, p. 85-102, 1975.

HINDESS, Barry e HIRST, Paul Q. Modos de Produção Pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MARX, Karl. O método da economia política. In: Para a crítica da Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1974. p. 122-9. (Os Pensadores, v. 35).

POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais. Revista Estudos CEBRAP. São Paulo, v. 3, p. 05-39, jan. 1973.

_____ - As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Labim/UFRN

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: Uma estrutura em crise

Autor: Profª Ms. Vânia de Vasconcelos Gico

O conteúdo deste artigo foi baseado nas conclusões da dissertação intitulada Contexto Social, Estrutura Universitária e Biblioteca (GICO,1990) apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da UFPE para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

O estudo da influência do contexto social sobre os modelos de estrutura da Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) durante os primeiros 40 anos daquela Universidade (1946 a 1986) foram relacionados aos padrões estruturais da Biblioteca Universitária em geral, ao modelo de Universidade Brasileira e ao contexto social que os instituiu.

Nessa postura estudamos os modelos estruturais da Biblioteca Universitária da UFPE em face de sua vinculação à estrutura que se desenvolveu nas Universidades Federais no período delimitado.

A nível concreto, o contexto social foi representado pelas políticas relativas à educação superior. Estas foram resgatadas através do exame da legislação orgânica relacionada tanto ao processo de modernização, quanto à reforma do sistema universitário. Tal exame foi limitado à legislação que modelou a estrutura organizacional das Universidades Federais, das Bibliotecas Universitárias, da Universidade Federal de Pernambuco e de sua Biblioteca Universitária.

Este procedimento metodológico somado à experiência profissional vivida na Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos autoriza afirmar que o Caso da UFPE guarda estreita semelhança com a organização estrutural da Biblioteca da UFRN, o que nos motivou à publicação deste artigo, além do que poderá contribuir para estudos mais abrangentes sobre o assunto.

Labim/UFRN

Todo sistema escolar é engendrado no contexto econômico, político e social de uma nação.

Assim, as abordagens sobre a Universidade Brasileira em geral, identificam a crise vivida pelas instituições de ensino superior, reflexo da comunidade que as instituiu e do Estado que assegura sua existência legal.

Por sua vez o funcionamento e a estrutura da Biblioteca Universitária, em última instância, são resultantes do modelo de Universidade vigente, sendo ambas reguladas pelo contexto social e político, ao longo da história de cada uma.

A questão da biblioteca, embora considerada insignificante por alguns, está relacionada diretamente aos problemas da Universidade. Interessante notar que, enquanto outros problemas são bastante discutidos, a biblioteca parece interessar a poucos. Entretanto, deveria ser o ponto de partida e o "estímulo constante da cultura", visto que quem não sabe o que a ciência faz até o presente não pode contribuir para o futuro. Se não temos chance de acompanhar o que já foi ou está sendo pensado ou pesquisado, seguramente estamos dispensando a maior parte dos nossos esforços intelectuais em pensar o que outros já pensaram, em descobrir o que outros já o fizeram (GOERGEN, 1979, p.57).

Em tal questionamento, está implícita nossa condição de cultura dependente, pois uma das características do subdesenvolvimento é carência de informação, a dependência cultural e tecnológica, a incapacidade de gerar a informação necessária para o próprio desenvolvimento (MIRANDA, 1977). Assim vivemos sob um círculo vicioso. Não se alcançam os fins que precisam ser atendidos por falta de meios. Mas, não se conta com os meios porque não sabemos organizar corretamente os fatores que interferem obrigatoriamente na conquista da "boa" escola, do "bom" ensino, da "boa" pesquisa, etc.

Para superar tal condição, seria significativa a existência de Bibliotecas Universitárias que dispusessem das obras publicadas a nível nacional e das principais obras estrangeiras.

Todavia, a progressiva redução dos recursos alocados

Labim/UFRN

às Universidades públicas faz com que elas diminuam o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e artística, "atividade pela qual são responsáveis em praticamente 90% de tudo o que se faz no país" (CUNHA,1985,p.88).

Contribui para tal situação a desatualização das bibliotecas, tanto pela minguada verba que recebem, como pela elevação do preço das moedas estrangeiras que penalizam especialmente a importação de livros e revistas, sem falar na burocracia para aplicar-se os recursos vindos do MEC no mercado interno. Outra questão a acrescentar e que poderia manter a atualização, pelo menos entre as Universidades seria o intercâmbio dos trabalhos de cada uma. Salienta-se ainda que esta divulgação é prejudicada pela inexistência dos recursos pertinentes.

Entretanto, as classes possuidoras brasileiras e seus extratos dominantes possuem meios automáticos e diretos de utilização do conhecimento, de apropriação da produção cultural e científica que se faz em todas as áreas de pesquisa, inclusive podem criar centros avançados de investigação, dispõem de muitos recursos para isso. Elas não precisam da Univeresidade pública para obterem esses resultados ou se informarem.

Enquanto isso os professores universitários dessas Universidades pauperizam-se cada vez mais, arcando com o custeio do seu próprio material bibliográfico, e os seus alunos de quase nada dispõem. Esta é pois, uma das questões estruturais da Universidade brasileira, que além da falta de livros nas bibliotecas, enfrenta a escassez de material básico nos laboratórios e de recursos vários para a pesquisa e o ensino, o que compromete sobremodo a qualidade destes e da aprendizagem.

Todas as Universidades brasileiras registram nos seus Estatutos e Regimentos uma função complementar para comunicação com o seu público - interno e externo -, na forma de cursos, serviços à comunidade, intercâmbio cultural, bem como bibliotecas universitárias. Tal comunicação não se realiza efetivamente. Na verdade, este é um ponto inexpressivo nas suas atividades. O único serviço assegurado à comunidade é o de formar especialistas a fim de

Labim/UFRN

que sejam, em geral, (sub)utilizados pelo "capitalismo selvagem".

Tendo em vista as políticas educacionais do período pós-reforma, a situação não poderia ser diferente. Por sua vez, a expansão do Ensino Superior, ao invés de ter sido associada à expansão ampliada da produção e distribuição de livros, "associou-se à negação do próprio livro" (PRANDI, 1982, p.33). Cedeu lugar, essencialmente, ao uso de recursos didáticos, antes complementares, como o mimeógrafo e a xerox, que foram sucessivamente substituindo o livro. A própria manutenção de uma biblioteca satisfatória que seria o mínimo a se exigir, é sequer imaginada. A especial opção do ensino pelo tipo de curso ministrado exclusivamente na base da voz e do giz, em geral, indica nossa "vocação educacional".

O ensinar a aprender não existe na prática. O que predomina é a reprodução comentada do conhecimento passado, formando profissionais já obsoletos, com raras chances de acompanhar o desenvolvimento do conhecimento humano (RIBEIRO, 1987).

Assim, tudo ou quase tudo, se faz na sala de aula, não se usa a biblioteca como apoio didático. Quando esta existe, embora modestamente, torna-se desnecessária.

A falta de preocupação do Estado, com o que poderíamos chamar de controle de qualidade do ensino chega a tal ponto que o livro chega mesmo a ser objeto inteiramente estranho ao aluno. Mesmo porque este, em geral, não existe nas bibliotecas. E para ser adquirido por esta, deve-se observar na compra do material bibliográfico o número de exemplares capaz de atender dez consultas simultâneas (vale dizer, um livro para cada dez alunos - Resolução do CFE nº 18, de 26 de dezembro de 1977).

Ora, sabe-se que a Reforma Universitária de 1968 reuniu na mesma sala os alunos de vários cursos para disputar concomitantemente os escassos livros das bibliotecas, agora, via de regra, com material reunido nas Bibliotecas Centrais.

Por outro lado, o aluno universitário sem poder aquisitivo não pode comprar o material bibliográfico necessário

Labim/UFRN

ao seu curso. Tal situação obriga-o a descartar o livro didático, como material básico de aprendizagem. Este tipo de prática é especialmente usado nos cursos de massa, despro vidos, pois, de espírito crítico e esvaziados de um saber transformador, bem aos moldes da Universidade"modernizada".

Nesse sentido o governo investiu mais em tijolos do que no próprio homem. Foi na construção de obras faraônicas descabíveis para a nossa realidade que se aplicaram os recursos públicos, mediante a privatização da educação, da saúde e de outros serviços básicos.

Assim se edificaram, por exemplo, as Bibliotecas Universitárias, de acordo com os modelos sugeridos pelo professor Atcon e seus "assessores". Verdadeiros elevantes brancos, disfuncionais e pouco utilizados na área acadêmica. Um modelo transplantado, muitas vezes destoante da própria arquitetura das Universidades, com janelas próprias para escoar a neve, onde se "escoam" os livros, visto que foram projetadas para manterem-se fechadas, devido ao ar condicionado central (que sequer chegou a ser instalado, na maioria dos casos) em detrimento de toda a brisa natural, principalmente nas cidades litorâneas.

A Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, por exemplo, foi inaugurada em pleno "milagre econômico", o qual atestava um substantivo crescimento nas oportunidades educacionais, principalmente nas Universidades, com o oferecimento de mais vagas. A "explosão educacional" na realidade constituía um processo global de destruição, de subversão negativa de valores educacionais universais, uma "revolução às avessas" (FERNANDES,1989)."O milagre educacional",portanto seguiu de perto as ilusões e as confrontações do "milagre econômico".

No decorrer dos últimos dez anos do regime militar a sociedade brasileira se transformou. O processo de industrialização intensificou-se, a agricultura sofreu profundas alterações e o regime de classes conheceu forte crescimento e diferenciação.

O Estado, por sua vez, manipulado pelas forças do conservantismo, tecnocratizou-se ao longo do processo de modernização concentracionista e impulsionou rápidas "transferências de poder" aos educadores e técnicos mais identi

Labim/UFRN

ficados com os valorse e os fins da política educacional.

Infligiu a extrema elitização organizacional e administrativa, no que se refere ao comando interno das instituições educacionais. Nesse período, as Bibliotecas Centrais Universitárias tinham como preocupação principal a sedimentação dos modelos monolíticos e a padronização geral dos seus serviços e sistemas para se adequarem aos prédios recém-construídos.

Esse Estado justificou ainda, a "necessidade" tanto de "controles"e punições ditatoriais, impostas pelas autoridades escolares aos estudantes e professores, quanto o estabelecimento de uma rede paralela de espionagem, intimidação, agressão e exclusão de professores, estudantes e funcionários "rebeldes" (FERNANDES,1989, p. 15).

Quando desvaneceu-se o "milagre educacional", veio à tona um rol de exigências novas. Seus números converteram-se em máscaras e em mitos.

A Nova República, apesar de indicar a construção de uma ordem política mais aberta, levou avante as determinações da ditadura, dinamizando e multiplicando os seus efeitos negativos. O seu papel foi o de manter as políticas preexistentes e buscar, por meio de vários subterfúgios, concretizá-los na medida do possível.

Contudo não pode conter a eclosão das frustrações das entidades e da compulsão inovadora que partiu de todo o sistema escolar, particularmente das Universidades. A reforma universitária convertera-se no avesso da reforma; a democratização do ensino em padronização mantenedora do "status quo". O autoritarismo pedagógico tentou sufocar as transformações mais profundas e a rebelião expressa ou tácita, sem consegui-lo; o ensino-mercadoria abriu toda uma fronteira de debates ásperos.

Assim, a luta dos movimentos discentes e docentes nas Universidades federais, principalmente autárquicas denunciavam o esvaziamento destas. Esvaziamento representado em particular pelos baixos salários do pessoal docente-técnico-administrativo e pela redução relativa das verbas de manutenção e pesquisa, a ponto de inviabilizar, na maioria dos casos, a realização de um proejto acadêmico válido,por

Labim/UFRN

mais modesto que fosse.

Incluída na manutenção das Universidades sempre estiveram as verbas para aquisição de material bibliográfico. Como no orçamento das Universidades esta rubrica sempre foi reduzidíssima, as verbas conseguidas através de programas de pesquisa específicos tornaram-se instrumento manipulável em poucas mãos. Assim, o material conseguido com esse recurso suplementar nunca veio a se integrar aos acervos das Bibliotecas Centrais, pois estas na maioria dos casos, não são legitimadas como órgãos de divulgação da informação. A informação, desse modo, toma características de propriedade privada.

Esperava-se que, pela pressão dos estudantes e professores ou pela pressão concomitante dos setores mais avançados da sociedade brasileira, houvesse uma ruptura da situação vigente, mesmo porque o movimento político de repúdio ao funcionamento e às estruturas universitárias dos anos 80 havia nascido conturbadamente das entranhas da ditadura.

Contudo, isso não aconteceu. Aguardou-se, então, que a ruptura viesse através de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pela vontade soberana do voto universal. A "Nova República" frustrou esse sonho:dele resultou um Congresso com poderes constituintes, mas que caiu sob o controle dos partidos da ordem e de uma maioria conservadora, fato este que vem reforçar a idéia de que antes de qualquer mudança na estrutura da Universidade brasileira, é necessário efetivar a tão esperada mudança no regime político.

Uma rápida consulta à nova Constituição brasileira evidencia a dicotomia entre as leis educacionais e o mundo real. Na prática o mundo acadêmico é um, e os dispositivos legais representam um outro. A legislação e as diretrizes de funcionamento da Biblioteca Universitária também passam pelo mesmo processo de desgaste.

As leis brasileiras sempre foram instrumento dos poderosos, dos que detêm o poder. Estes nunca instituem normas que possibilitem a participação dos que são comandados.

Assim os obstáculos de cunho ideológico se tornam insuperáveis. Como resultado dessa dicotomia entre "teoria e prática" a universidade passou a se constituir um lugar para "a busca desinteressada da verdade" (FERNANDES 1989)

Labim/UFRN

e a Biblioteca Universitária um seu apêndice.

A avaliação das elites econômicas, culturais e políticas da estrutura universitária moderna, entretanto, sempre se processou em termos dos nossos interesses e em nossa vantagem. Para estas os valores importados são sempre construtivos para nós,como foi o caso da reunião dos acervos em um só recinto físico, evidenciado pelo modelo de Biblioteca centralizada, elemento estranho aos nossos hábitos e costumes. Na realidade, a modernização imposta reforçou a dependência da nação brasileira ao capitalismo dependente, levando consigo a Universidade e a sua Biblioteca.

Desapareceu o "scholar". Surgiu em seu lugar o "especialista" e o que é pior, o "profissional"(FERNANDES,1989 p.83). O universitário não é nem "scholar" nem"profissional do saber": mas um operário da cultura, trabalhando sob o jugo de valores e necessidades impostas pela aceleração do desenvolvimento econômico e da cultura industrializada.

A indústria cultural e as instituições comercializadas de pesquisa e ensino tomaram as posições de ponta, vendendo o saber e liquidando com a "mentalidade universitária" que se diluiu ou se concentrou em algumas instituições acadêmicas.

A Universidade "modernizada", portanto, não pode ser confundida com a Universidade moderna. Esta última rotulação dos detentores do capital imperialista presta-se à legitimação de uma série de valores e normas impostas.

Todavia, a modernidade como processo é um fenômeno dialético, é "um conjunto de atributos de organização social" e não deve ser confundida com "modernização", que é um movimento, alguma coisa induzida, uma "mobilização" no topo do qual está o Estado, qualquer que sejam as forças sociais que o sustenta (TOURAINE, 1988, p.451-553).

Portanto, a sociedade ou a Universidade são modernas, quando são autônomas, capazes de autocrítica, autoconstrução e autotransformação. A crítica ao moderno, pois deve ser elaborada quando sua origem e aplicação forem eivadas de dualidade intencional, quando o moderno, na verdade indicar "modernização" e não modernidade.

A incorporação do processo de "modernização" e a in

Labim/UFRN

ternalização da reforma universitária da UFPE não fugiu, obviamente, ao que ocorreu com as demais Universidades públicas federais.

Observa-se, entretanto, que as características da cidade urbana se retrataram na cidade universitária onde o poder oligárquico predominante nos 40 anos da história da UFPE fez cumprir com mais rigor as diretrizes emanadas do Estado autoritário, submetendo esta Universidade a um eficaz controle externo. O que havia em processo de consolidação durante a reforma pretendida foi desarticulado pela base como ocorreu com os movimentos sociais de então. Daí em diante, conforme observa-se na análise dos seus Estatutos e Regimentos, sua estrutura e funcionamento foram adaptados aos padrões da legislação oficial, tornando sem expressão as resistências por uma reforma mais adaptável à sua realidade, seguindo-se "à risca" o modelo imposto pela "modernização universitária".

O modelo estrutural da sua Biblioteca Universitária compatibilizou-se com as diversas realidades do contexto universitário, durante os primeiros 40 anos de sua história.

Ficou caracterizado que as diretrizes para estruturação do Serviço Central de Biblioteca (1953-1963) e sua reestruturação para Serviço de Documentação (1964-1968) foram de certa maneira fundamentadas nas tendências de mudanças necessárias à comunidade acadêmica ou às necessidades técnico-profissionais. As diretrizes para estas duas fases de estruturação não foram, pois, frontalmente de encontro às necessidades dos usuários reais e potenciais.

A terceira e última fase de reestruturação, definida nas linhas da reforma universitária de 1968, revestiu-se de extremo e pleno autoritarismo. Seguiu um modelo de planejamento de interesse de uma minoria detentora do poder de decisão administrativo, que por sua vez, cumpria as determinações do poder central do país.

Por sua vez, as consequências da reforma universitária na qualidade do ensino e da pesquisa guardam inteira identidade com o que se observou a nível geral das estruturas universitárias.

Segundo a opinião de docentes da UFPE, entrevistados, o

Labim/UFRN

próprio sistema educacional universitário não facilita nem induz o professor a ser um agente de transformação capaz de buscar na Biblioteca Universitária um recurso para suas aulas; estas, muitas vezes, repetidas anos a fio sem nenhuma mudança ou indicação de atualização bibliográfica ou ainda de uso sistemático do material disponível na biblioteca acadêmica, justificando-se que não existem exemplares suficientes.

O que se constata comumente nesta Universidade, a exemplo do Ensino Superior em geral, é a entrega do conhecimento digerido, elaborado e empacotado, pronto para o consumo, ao invés de ser dado ao educando os instrumentos para buscá-lo, ele mesmo, sabendo onde e como fazê-lo,criando uma postura crítica no aluno.

Uma outra dificuldade ressaltada foi a disponibilidade de tempo do aluno, induzido a trabalhar para seu sustento, devido à pauperização da sociedade como um todo, e da região nordeste, em particular.

Nesse contexto, o estudante universitário, principalmente a nível de graduação poderia ser classificado muito mais como um "profissional" que estuda do que um "estudante profissional". Ao indagar-se como dispunham o tempo para a complementação do que foi transmitido em sala de aula, a maioria respondeu que não tinha muito tempo para dedicar-se a esta atividade, porque trabalhava para sobreviver.

Ao introduzir-se a pergunta sobre a qualidade do acervo da Biblioteca em questão, responderam que era razoável para suas necessidades.

Essa realidade do não uso da Biblioteca Universitária da UFPE, relacionada à estrutura Universitária, já havia sido relevada em trabalho realizado por TJOUMAS (1982).

Na verdade o número de alunos em regime de dedicação exclusiva é insignificante e numa consagração a"meritocracia" há maior preocupação na obtenção do diploma do que na aprendizagem, como ocorre em geral.

Outro fator a considerar-se é a escassa participação da comunidade acadêmica da UFPE nas instâncias técnico-administrativa-sociais da Biblioteca Central (Conselho Técnico-Administrativo - CTA, Reuniões, Eventos, Solenidades).Estan

Labim/UFRN

do ausente das decisões relevantes da vida universitária, condição imposta pela concentração do poder administrativo, os usuários potenciais deixaram, na maioria das vezes, de manifestar seus interesses de uso da Biblioteca e da sua coleção bibliográfica. Em consequência, seu modelo de estrutura e funcionamento destituiu-se dos seus objetivos comuns, possibilitando, deste modo, muito mais uma competição de forças do que uma cooperação na resolução de problemas que deveriam ser comuns.

Por seu lado, - como acontece na maioria das Bibliotecas e foi refletido na apreciação da literatura biblioteconômica - os profissionais que compõem o corpo técnico e a administração do Sistema de Bibliotecas da UFPE esqueceram que o fluxo da comunicação tem duas mãos.

Com as devidas excessões, atêm-se ao exercício exclusivo do cumprimento técnico da sua profissão, elaborando ou fazendo cumprir as normas emanadas pelos vários níveis do poder burocrático-institucional sem preocuparem-se em avaliar como os serviços oferecidos estão chegando aos usuários, se estes estão ou não suprindo as suas necessidades, se a informação disponível está sendo utilizada, enfim, adequação de interesses mútuos.

Essas observações, se eleitas como definidoras do processo informacional da biblioteca em questão explicariam os mecanismos alternativos criados e eleitos como legítimos e que a tornam uma parte insignificante e sem a devida importância junto à comunidade acadêmica.

Conforme depoimentos, os alunos não precisam de livros para cumprirem suas atividades, ou precisam em pequena proporção. A maioria dos docentes faz pouco uso da informação científica para desempenhar suas funções e quando o fazem o Sistema de Informação da UFPE não é fonte indispensável de informação, o que já havia sido evidenciado por TJOUMAS (1982) quando analisou o uso das coleções das Bibliotecas Universitárias da região Nordeste.

Nessas condições para que Biblioteca? Não só na UFPE ela está esvaziada das suas funções. Seu esvaziamento, entretanto, não pode ser explicado pelo prisma técnico, ci-

Labim/UFRN

entífico ou cultural vistos separadamente, mas pelo conjunto destes, que em última instância foram determinados pela ideologia dominante da sociedade dependente de centros hegemônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - BRASIL, Leis, Decretos, etc. Resolução nº 18 de 26 de dez. de 1977. Documenta,n.205, p.499-502,dez. 1977

2 - CUNHA, Luiz Antônio & GOES,Moacyr de. O golpe na educação. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

3 - FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. SãoPaulo Cortez/Autores Associados, 1989.

4 - GICO, Vânia de Vasconcelos. Contexto social,estrutura universitária e biblioteca: o caso da UFPE.Recife: UFPE, Mestrado de Sociologia, 1990. Dissertação de Mestrado.

5 - GOERGEN, Pedro L. A universidade, sua estrutura e função. Educação & Sociedade, v.1, n.2, p.47-59, jan. de 1979.

6 - MIRANDA, Antônio. Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento. Brasília Ed. UnB, 1977.

7 - PRANDI; Reginaldo. Os favoritos degradados. São Paulo Loyola, 1982.

8 - RIBEIRO, Sérgio Costa. A"universidade de ensino". Estudos e Debates, n.13, p.147-151, jan. 1987.

9 - TJOUMAS, Renee. An examination of university libraries within the information structure of a developing region: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1982. (Tese de Doutorado).

10- TOURAINE, Alain. Modernity and cultural specificities. International Social Science Journal, v.40, n.4, p.443-457, 533-585, nov. 1988.

Labim/UFRN

A PRONÚNCIA NATALENSE: VOGAIS PRETÔNICAS MÉDIAS

Autor: Profª Ms. Vera Lúcia Medeiros Maia

I. INTRODUÇÃO

Um dos pontos mais salientes da diferença entre os falares do Nordeste e os do Sudeste brasileiros é a pronúncia das vogais médias em palavras como "novela", "revolta" e "liberdade", onde a vogal sublinhada é átona e precede a sílaba tônica. O "sudestino" (carioca ou paulista, por exemplo) fecha o timbre das vogais sublinhadas, aproximando-as de "ô" e "ê", enquanto o nordestino abre o timbre das mesmas vogais aproximando-as de "ó" e "é".

Alguns autores, como Silva Nunes (1950), chegaram a apontar esta diferença como absulotamente regular, afirmando que "de modo geral, a pronúncia das vogais nordestinas é aberta."

Neste trabalho, queremos demonstrar que a afirmativa de Silva Neto é excessivamente genérica, pelo menos, no que diz respeito à fala de Natal. Em muitas palavras, a pronúncia da vogal pretônica média apresenta um timbre fechado, resultado de uma regra fonológica de Harmonização Vocálica. Veja-se, (ouça-se...), por exemplo, a pronúncia de "fevereiro", "cortou", "professor", onde as pretônicas são médias fechadas.

É também objetivo deste artigo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa que vem sendo realizada na UFRN, sob o título O Português de Natal: Variantes Sociolinguísticas, visando obter, entre outras informações, um perfil da pronúncia desta capital.

II. MATRIZ FONOLÓGICA

Para especificar as vogais que estamos estudando, adotamos uma matriz de traços fonológicos pertinentes em posição tônica no Português do Brasil. Nesta matriz, consideramos como |+Baixa| cada uma das vogais médias abertas /ɛ/ɔ/, e como |-Baixa| cada uma das vogais médias

Labim/UFRN

fechadas /e/o/. Esta classificação, em termos articulatórios, é funcional, sem que pese a diferença fonética entre as nossas |+Baixas| e a vogal /a/, também |+Baixa|. Como no Português não existem vogais anteriores e posteriores tão baixas quanto /a/ - tal como em Inglês - não se configura problemática esta classificação, que é de cunho fonológico. Opondo-se às anteriores e posteriores do triângulo das nossas vogais, o /a/ vai ser classificado como |+Central| em nossa matriz, que, dessa forma, expressa a distinção fonológica entre esta vogal e as outras em posição tônica.

(1) Matriz de traços fonológicos das vogais brasileiras tônicas:

	/i/	/e/	/ɛ/	/a/	/ɔ/	/o/	/u/
Central	-	-	-	-	-	-	-
Anterior	+	+	+	ø	-	-	-
Alta	+	-	-	ø	-	-	+
Baixa	ø	-	+	ø	-	-	ø

Partimos da nossa matriz e postulamos, seguindo a análise de Câmara Jr. (1953), que há, em posição pretônica, uma neutralização de oposição entre as vogais [-Altas] [-Centrais] , tanto na série das [+Anteriores] quanto na série das [-Anteriores]. A diferença entre /ɛ/ e /e/ pretônicas, por um lado, e a diferença entre /ɔ/ e /o/ pretônicas, por outro, passa a ser fonética e não fonêmica, perdendo o traço [+Baixa] a sua função distintiva.

Nestas situações de neutralização de oposição, pode acontecer que se manifeste uma das realizações fonéticas dentro de cada par, como o Arquifonema, na posição em jogo. Em termos de fonologia gerativa "clássica", fala-se em uma vogal "básica".

De acordo com Câmara Jr. (1953), a realização do Arquifonema vocálico no Rio de Janeiro e áreas periféricas é fechada (em nossos termos, [-Baixa], "em prejuízo de realização aberta". Vejamos o que informam nossos dados a respeito de Natal.

Labim/UFRN

II. AMOSTRAGEM

Do estudo de quatro das vinte gravações que foram realizadas em Natal - conversação espontânea, durante meia hora cada - pudemos depreender os resultados numéricos, que se seguem abaixo. Os dados, colhidos entre falantes de classe média alta e classe baixa - dois de cada classe -, foram organizados de acordo com o ambiente que imediatamente segue a sílaba pretônica examinada. As cinco primeiras tabelas envolvem a vizinhança de vogais tônicas, de nasais e altas. As cinco últimas envolvem a vizinhança de vogais átonas, também pretônicas, de nasais e altas. Visamos, com esta organização, buscar o condicionamento fônico e provocar pronúncias abertas ou fechadas.

Tabela 1: Ambiente: Tônica Imediata Nasal:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
54	04(7%)	50(93%)	Ø

Tabela 2: Ambiente: Tônica Imediata Oral Média Fechada:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
50	50(100%)	Ø	Ø

Tabela 3: Ambiente: Tônica Imediata Oral Média Aberta

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
24	01(4%)	22(92%)	01(4%)

Tabela 4: Ambiente: Tônica Imediata Oral Central:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
57	09(16%)	42(74%)	06(10%)

Tabela 5: Ambiente: Tônica Imediata Oral Alta:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
25	14(56%)	08(32%)	03(12%)

Labim/UFRN

Tabela 6: Átona subseqüente Nasal:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
18	01(6%)	17(94%)	Ø

Tabela 7: Átona Subseqüente Oral Média Fechada:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
09	08(89%)	01(11%)	Ø

Tabela 8: Átona Subseqüente Oral Média Aberta:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
17	01(6%)	16(94%)	Ø

Tabela 9: Átona Subseqüente Oral Central:

Caos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
24	02(9%)	21(87%)	01(4%)

Tabela 10: Átona Subseqüente Oral Alta:

Casos	Pret.Fechada	Pret.Aberta	Variando
31	03(10%)	27(87%)	01(3%)

Totalizando os resultados por ambiente, temos:

Tabela 11: Quadro Geral das Vogais Pretônicas Médias:

Ambiente	Casos	Fechados	Abertas	Variando
Antes de Nasal:	72	05(7%)	67(93%)	Ø
Antes de /e/o/:	59	58(98%)	01(2%)	Ø
Antes de / / /:	41	02(5%)	38(93%)	01(2%)

Labim/UFRN

Antes de /a/:	81	11(13%)	63(78%)	07(9%)
Antes de /i/u/:	56	17(30%)	35(63%)	04(7%)
Todos os acima:	309	93(30%)	204(66%)	12(4%)

A contagem dos resultados apontou, no início da nossa pesquisa, para a hipótese de um condicionamento de timbre - regra de harmonia vocálica - provocando pronúncias abertas em ambientes de vizinhas abertas e pronúncias fechadas em ambiente de vizinhas fechadas. No primeiro caso, estariam os /ɛ/ɔ/ vizinhos a /ɛ/ɔ/ə/; no segundo,/e/ /o/ vizinhos a /e/o/i/u/. Assim, numa palavra como "novela", o "ó" seria resultante de um processo de harmonia vocálica, que o torna uma vogal [+Baixa] por influência da tônica "é". Assim, também o "é" de "revolta" e "liberdade", pela influência respectiva de "ó" e "a" tônicos. Do mesmo modo, em palavras como "fevereiro", "cortou" e "professor", as vogais pretônicas sublinhadas seriam pronunciadas fechadas por influência de suas respectivas vizinhas fechadas ([-Baixas]), em nossa matriz.

A nossa hipótese inicial teve, porém, que ser refinada, em virtude dos resultados diante de vogais altas e de vogais nasais. Contrariamente ao esperado, encontramos maioria de vogais pretônicas [+Baixas] diante de /i/u/,como se pode ver na tabela geral. E quase totalidade de vogais [+Baixas] diante de nasais em geral, em que pese o timbre fechado dessas vizinhas imediatas.

III. FORMALIZAÇÃO:

Retomando a discussão iniciada na seção anterior, vemos que não é correto generalizar a regra de harmonização vocálica, de modo que ela produza resultados absolutamente simétricos na fala; ou seja, de que sempre as vogais pretônicas combinem em timbre com as suas vizinhas imediatas à direita.

Isto parece mais categórico (quase 100%) no ambiente

Labim/UFRN

de vizinhas médias fechadas. Neste ambiente, pode se, com alguma segurança, prever o timbre fechado na pretônica.

O inverso da previsão acima é a ocorrência de átonas abertas antes de nasalizadas. E, majoritariamente, antes de /i/u/.

É fato que as vogais abertas comparecem muito expressivamente diante de vogais [+Baixas] (ou abertas) como /ɛ/ɔ/a/. Mas esse fato não pode ser avocado como explicação da abertura das pretônicas, em face do que ocorre diante de nasalizadas e altas. O âmbito de ocorrência de pretônicas abertas é maior, em termos de ambiente estrutural, que o alcance propriciado por uma regra de harmonização.

Feitas as considerações acima, abandonamos, em parte, o projeto de formalizar a descrição dos fatos unicamente via regra de harmonização, pois não atingiríamos a generalização adequada. Propomos, como formalização do problema, o sistema de regras que se segue; ele toma como básica (ou Arquifonema) a vogal [+Baixa] para todas as [[-Centrais] [-Altas]] em sílaba pretônica, mediante a aplicação de uma regra geral, inicial, como (2), abaixo:

(2) [V
|-Acentuada
|-Alta
[-Central
|-Nasal

$$[+\text{Baixa}] \;/\; \#CV^{n}_{o} \underline{\quad} CV^{n}_{o}\, C^{2}_{o}\; V$$
$$[+\text{Acentuada}]$$

Seguindo-se a (2), que abaixa, em sua forma básica, o timbre de todas as pretônicas, aparece o processo que prevê a ocorrência de pretônicas fechadas ants de médias fechadas. Esse processo é aqui formalizado por duas regras: a (3), que fecha o timbre das pretônicas imediatamente antecedendo a tônica fechada média; e a (4), que fecha o timbre das pretônicas antecedendo pretônicas fechadas pela regra anterior, tal como acontece em /f<u>e</u>v<u>e</u>'reru/.

Labim/UFRN

(3) $$V \begin{vmatrix} -\text{Acentuada} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \\ +\text{Baixa} \end{vmatrix} \_\_ [-\text{Baixa}] / \# CV_{o}^{n} \_\_ C_{o}^{2} \; V \begin{vmatrix} +\text{Acentuada} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Baixa} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \end{vmatrix}$$

(4) $$V \begin{vmatrix} -\text{Acentuada} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \\ +\text{Baixa} \end{vmatrix} \_\_ [-\text{Baixa}] \; / \; \# CV_{o}^{n} \_\_ C_{o}^{2} \; V \begin{vmatrix} -\text{Acentuada} \\ -\text{Alta} \\ -\text{Baixa} \\ -\text{Central} \\ -\text{Nasal} \end{vmatrix}$$

Aparentemente, este sistema parece o melhor, pois ressalta o teor de imprevisibilidade das vogais abertas (não condicionadas) e o de alta previsibilidade das vogais fechadas, em ambiente pretônico. Do ponto de vista de sua coerência com os nossos dados, resolve todas as situações de maioria estatística. Entretanto, ainda, teremos que refinar as regras mencionadas, se quisermos preservar a intuição que elas representam, ou modificar o sistema, caso encontremos a explicação para a abertura das pretônicas antes de /i/u/ e nasais.

Refinar as regras mencionadas, significa dar conta das exceções a (2), basicamente, já que a exceção a (4) - caso de /k ɔ l ɔ'ko/ - apenas confirma a regra, nos limites da nossa amostra. Exceções a (2) é que constituem um número significativo para ambiente de vizinhança a /a/ e, principalmente, a /i/u/. Um fato que pode ser levado em conta para explicar a variação e os casos de /e/o/ em

Labim/UFRN

tais ambientse é o de que, para as vogais /a/i/u/, em ambiente tônico, a propriedade [+Baixa] não tem valor distintivo como para /ɛ̂/e/ɔ̂/o/. Este fato, positivo para as últimas, faria delas ambiente mais propício à harmonização. Não distintiva também é a propriedade [+Baixa] para as nasalizadas, pois o português não opõe nasalizadas abertas a fechadas. Aí também o processo de harmonização não acontece. Mas para fazer esta correlação, seria preciso dispor de mais informação fonética a respeito do papel de propriedades distintivas e não distintivas em processos fonológicos do que as que possuímos.

Outro fato, que parece interessante para explicar as exceções antes de /i/u/, é a interferência de um processo de harmonização, que sobe para [+Alta] a posição da língua na pronúncia de pretônicas médias antes de /i/u/, em palavras como /prifi'ria/, "preferia" e /ĩsigu'rãsa/ "insegurança", por exemplo. Como esta harmonia vocálica é mais recorrente na fala descontraída, informal, pode ter sido evitada (por suspeita de incorreção), mediante o recurso à média fechada, como nas exceções /ko'hia/ "corria" e /fe'liz/ "feliz", em vez de mais corriqueiro /ku'hia/ e /fi'liz/.

Um tipo de vogal pretônica, que parece refratário à regra de abaixamento (2), é a que faz parte de ditongo ou que resulta de processo de redudação de ditongo, como a de /fe'zw̃/ "feijão". A regra de redução parece suceder à regra (2), à qual se impõe a condição de não se aplicar em sílabas ditongadas.

O condicionamento por consoante vizinha, já apontado em Bisol (1981), ao descrever o comportamento das pretônicas altas no Rio Grande do Sul, pode ser aventado, também, para explicar certos casos de vogais médias fechadas antes de /i/u/ e precedidas ou seguidas de consoante velar.

Por último, um fato de grande importância deve ser estudado em correlação com a regra (2): trata-se do papel das relações paradigmáticas, associando vogais tônicas a suas correlatas átonas em parse de palavras primitiva-derivada. Veja-se, por exemplo, o caso do par "dedo x dedal" esta última pronunciada fechada mesmo em vizinhança de /a/. A associação do radical ded- em "dedal" com o radical da palavra "dedo",

Labim/UFRN

perfeitamente plausível em termos semânticos, pode ter motivado a pronúncia fechada da pretônica na palavra derivada. Como este, alguns outros casos poderiam ser explicados dessa forma, a ponto de vir a ser constituída uma restrição morfo-fonêmica à atuação de (2), tornando-a menos poderosa do que está.

IV. CONCLUSÃO:

A pronúncia das vogais pretônicas, em Natal, pode ser aberta ou fechada, no que tange às vogais médias. Duas regras fonológicas de harmonização permitem prever a ocorrência das vogais fechadas. Com alguma segurança, pode-se, também, prever a ocorrência de pretônicas abertas antes de vogais nasalizadas e médias abertas, átonas ou tônicas. Antes de /a/i/u/, o resultado, quanto ao timbre da pretônica, pode variar em maior grau, embora em nossos dados tenha prevalecido a realização aberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BISOL, Leda. (1981): Harmonização Vocálica. Tese de Doutorado, inédita, UFRJ.

2. CÂMARA JR. J.M. (1953): Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa, Padrão, Rio de Janeiro, 2.ed.

3. SILVA NETO, S. da (1950): Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTO:

Aqui deixamos registrado o nosso agradecimento às informantes natalenses Andréa, Consuelo, Gracilene e Tereza, que tão gentilmente atenderam ao nosso pedido de entrevista.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Autor: Profª Drª Françoise Dominique Valéry

INTRODUÇÃO

O processo histórico que levou a ocupação territorial brasileira tem se dado a partir do litoral para o interior, direcionando assim a formação de espaços regionais fortemente polarizados por centros urbanos situados em áreas litorâneas e levando à formação de regiões diferenciadas, cada qual com suas características específicas.

Essa dinâmica espacial esteve sempre ligada às várias fases pelas quais passou o desenvolvimento da economia brasileira, desenvolvimento que tem sido acompanhado por um processo mais recente de integração crescente das diversas regiões que formam o território nacional.

Neste processo, o setor primário, principalmente agrícola, considerado durante décadas como setor motor de crescimento, apesar de ter perdido sua posição de destaque em função do crescimento dos setores secundário e terciário, continua apresentando um grau elevado de desempenho, ligado ao processo de modernização pelo qual passou o setor agrícola nas últimas três décadas. Outro fenômeno determinante do processo de transformação do espaço regional tem sido o papel desempenhado pelo Estado, como agente do processo de desenvolvimento ao serviço do capital, mediante a implementação de uma vasta gama de políticas públicas.

O trabalho aqui apresentado (**) pretende fazer uma análise da problemática espacial e do papel desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento vivenciado num determinado espaço regional (a região Oeste potiguar), nas últimas três décadas, antes de partir para uma reflexão sobre o Estado e a questão da regionalização.

A razão de tomar como ponto de partida a região Oeste potiguar está relacionada com nossa preocupação em fornecer subsídios para a compreensão do processo de desenvolvimento de uma região cujo desenvolvimento recente se deve a vários fatores, entre os quais os maciços investimentos realizados

Labim/UFRN

pelo poder público, tanto na área rural como na área urbana.

Além disso, dentro do conjunto das políticas públicas implantadas pelos governos militares pós 64, as políticas relativas ao setor agrícola revestem-se de peculiar importância. De fato o conjunto de medidas destinadas ao setor agrícola tem favorecido a penetração do capitalismo no campo, ampliado o processo de modernização agrícola e permitido o aumento substancial da produção destinada à exportação, isto é, tem configurado um quadro novo de transformação do espaço regional.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Uma série de fatores tem direcionado o processo de ocupação do espaço nacional. Fatores históricos explicam o lento e gradual processo de ocupação do litoral para o interior e a formação de regiões diferenciadas, cada qual com suas características específicas. Essa dinâmica foi amplamente condicionada pela existência de bases que proporcionaram a acumulação do capital tanto a nível nacional como internacional.

Fatores demográficos também contribuíram para marcar este processo. O crescimento populacional significativo, verificado durante as décadas de sessenta e setenta, foi mais acentuado nas regiões de fronteira agrícola, principalmente na região amazônica. No entanto, feito o balanço do crescimento demográfico, nota-se que algumas regiões mais dinâmicas (como São Paulo) continuaram recebendo amplos e contínuos contingentes populacionais, enquanto outras regiões (como o Nordeste) continuaram como celeiro dos migrantes que se deslocavam para a região Sudeste.

Fatores econômicos ligados à fronteira agrícola mostram a forma diferenciada com a qual se desenvolveu o processo de ocupação do espaço. No Sul do país (Paraná principalmente), o processo de ocupação foi resultante da expansão da cafeicultura proveniente do Estado de São Paulo, com base em grande número de pequenas e médias propriedades, fato que não propiciou o aparecimento e predominância de uma oligarquia rural. A cultura do café, grande

Labim/UFRN

absorvedora de mão-de-obra determinou a organização da produção em torno de um sistema urbano relativamente equilibrado. Mais recentemente, a industrialização permitiu limitar o esvaziamento populacional da região Sul, impulsionado pela introdução de culturas menos intensivas em mão-de-obra.

Na região Centrooeste, alvo das correntes migratórias das décadas de cinquenta e sessenta, e menos maciçamente durante as décadas seguintes, o processo de ocupação do espaço se deu num quadro de concentração fundiária mais acentuada, ligado a expansão de uma agricultura mais tecnificada e utilizadora de insumos modernos que tem provocado efeitos importantes sobre os demais setores da economia regional, sob a forma de maior demanda de serviços urbanos e pressão sobre o setor industrial.

Na região amazônica, o processo de ocupação do espaço é mais recente, tendo se ampliado na década de oitenta, num quadro onde foram determinantes a implantação de políticas de colonização os incentivos fiscais e a ação direta do estado no quadro de Amazônia legal. Dentro desta região, o estado de Rondônia tem polarizado os intensos fluxos migratórios, originários principalmente das regiões Centro e Sul. A ocupação do espaço até então direcionada pelo extrativismo e a presença de ampla bacia hidrográfica, voltou-se para uma expressiva produção agropecuária feita em extensas áreas de pequenas propriedades rurais, apoiada em núcleos urbanos criados para dar suporte a essas atividades. Na década de oitenta, iniciou-se um processo de industrialização bastante diversificado, no estado de Rondônia principalmente.

Deste modo, uma ampla gama de fatores vem direcionando a ocupação do espaço, tendo como suporte a ação do estado, através de uma série de mecanismos diretos (implantação de projetos de colonização dirigida, por exemplo) e indiretos (subsídios fiscais e creditícios).

A PROBLEMÁTICA DA REGIÃO OESTE POTIGUAR E O PAPEL DO ESTADO

Na década de sessenta, o Brasil apresentava um amplo

Labim/UFRN

quadro de mudanças na sua estrutura econômica e social, resultantes de todo um processo cujas origens, bem conhecidas, remontam à década de trinta. O alargamento do processo de industrialização, combinado ao processo de intensa urbanização, contribuiu para tornar mais visíveis as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista nacional, acelerando o êxodo maciço da população do campo para as cidades, direcionando fluxos migratórios das regiões menos desenvolvidas para o Centro-Sul do país. Deste modo, agravaram-se as tensões sociais e as lutas, notadamente no campo e na região Nordeste.

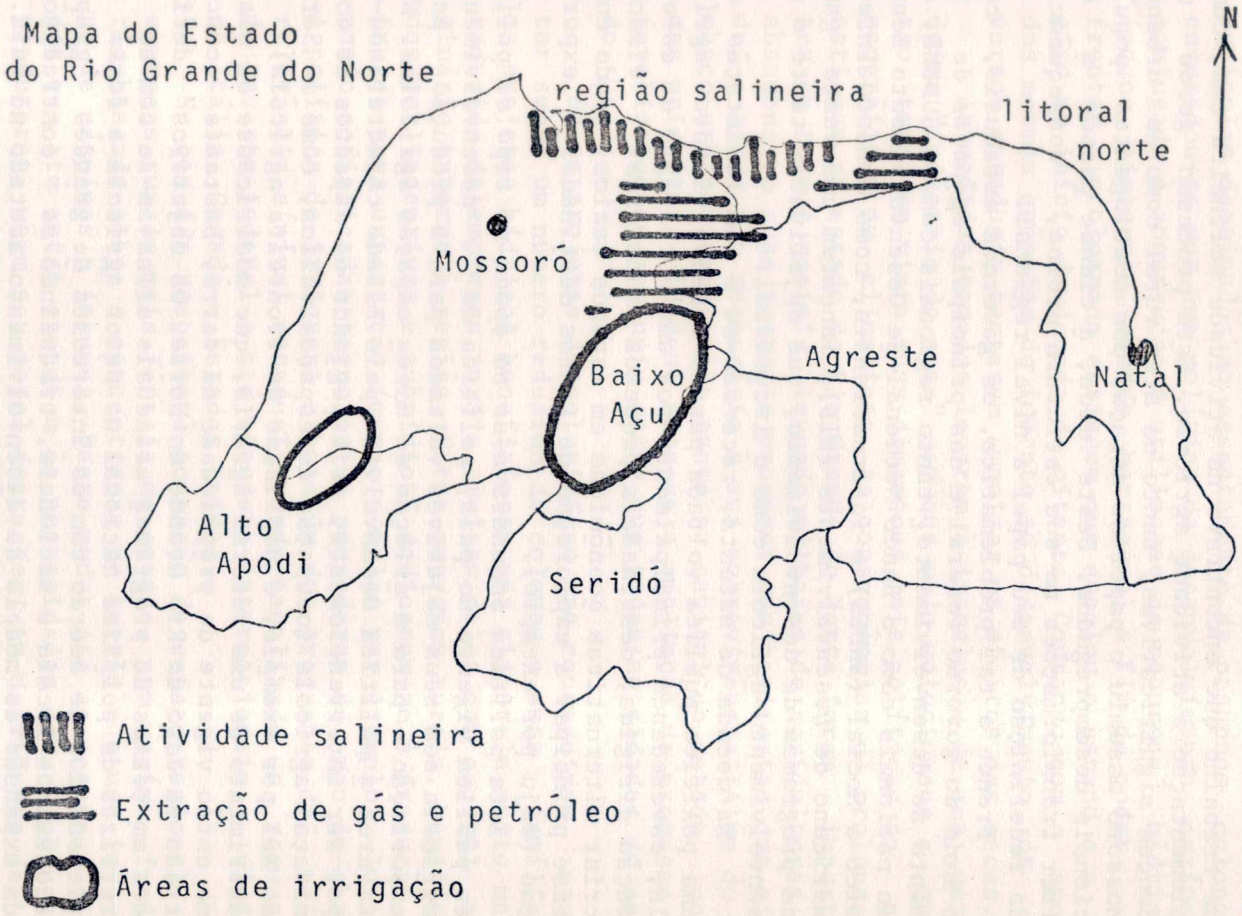
Diante deste quadro, o governo federal transformou-se, nos meados dos anos sessenta, em agente de desenvolvimento e organização do espaço. Suas ações foram respaldadas pela forte ideologia desenvolvimentista reinante na época, alicerçada num modelo de crescimento econômico que privilegiava o crescimento das exportações, a entrada do capital transnacional nas várias esferas do sistema produtivo, particularmente no campo, e a modernização do setor agrícola mediante introdução de tecnologias sofisticadas, poupadoras de mão-de-obra.

A estrutura política e econômica implantada em 1964 favoreceu a entrada deste capital e as mudanças do sistema produtivo em várias regiões do Brasil. No Rio Grande do Norte, este processo alcançou o estado num momento particularmente difícil e retumbou em vários programas de desenvolvimento, destinados a atender as tensões sociais geradas pela desorganização do sistema produtivo tradicional, pela expulsão do homem do campo, pelas migrações campo-cidade e pela inchação urbana entre outros.

Num estado caracterizado no início dos anos sessenta por ter uma base de sustento ainda amplamente agrícola, a região Oeste potiguar (ver mapa) constituída pelas regiões salineira, litoral do vale dos rios Piranhas e Açu, polarizadas pela cidade de Mossoró, segunda cidade do Rio Grande do Norte, destacou-se pelos seus problemas.

Nessa região, cujas atividades principais gravitavam ao redor da agricultura e da produção extrativa do sal, o processo de modernização e industrialização das salinas acabou desempregando em massa um imenso contingente de força

Labim/UFRN


Mapa do Estado
do Rio Grande do Norte
região salineira
litoral
norte
N
Mossoró
Baixo
Açu
Agreste
Natal
Alto
Apodi
Seridó
Atividade salineira
Extração de gás e petróleo
Áreas de irrigação

Labim/UFRN

de trabalho que encontrava na atividade salineira uma complementação à atividade agrícola. Este processo gerou mudanças significativas, tanto na área rural como na urbana, Mossoró assumiu o papel de atração dos contingentes populacionais desempregados. Deste modo, a cidade passou a sofrer transformações na sua estrutura urbana, consequência da redefinição de seu papel a nível regional.

Frente a tal problemática, os governos estaduais, com o apoio do governo federal e das principais agências de fomento ao desenvolvimento, tanto regionais como a SUDENE, como nacionais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), lançaram uma vasta gama de programas de desenvolvimento, que objetivavam tanto o desenvolvimento agrícola como o industrial.

Na década de setenta, recorreu-se à implementação de uma política pública voltada para o desenvolvimento agrícola, enveredando principalmente por uma estratégia de colonização dirigida, destinada a pequenos produtores, visando criar alternativas econômicas em espaços vazios, tendo como base principal a exploração de frutas destinadas à exportação (caju por exemplo).

Esta política enquadrava-se na época no tipo de política pública vigente no país, política de desenvolvimento agrícola com seus objetivos voltados para a produção para exportação e para a criação de novos espaços agrícolas. Nesta área a política desenvolvida pelo Estado caracterizou-se por ser intervencionista, privilegiando os aspectos de colonização agrícola (ocupação de espaços vazios, como a Serra do Mel por exemplo, e ampliação da fronteira agrícola) em detrimento de uma reforma agrária, que modificasse o sistema então vigente de propriedade da terra, bastante concentrado no caso do Rio Grande do Norte. Os objetivos definidos em termos de programas estaduais afinavam-se com as diretrizes da política nacional no setor agrícola e foram implementados de acordo com os interesses de grandes grupos econômicos locais e nacionais, traduzindo as contradições da expansão do modelo de desenvolvimento adotado no país.

Na década de oitenta, frente ao descrédito do governo estadual que não conseguiu dar continuação aos projetos

Labim/UFRN

agrícolas destinados ao assentamento de pequenos colonos, enveredou-se por uma política de desenvolvimento agrícola conjugada à construção e utilização de recursos hídricos (poços, cisternas, açudes, barragens) a fim de poder enfrentar a prolongada estiagem que assolou o estado e a região no início da década de oitenta. Contando com o apoio das mesmas agências de fomento ao desenvolvimento, os governos estaduais tentaram amenizar os efeitos das secas.

As medidas tomadas levaram à instalação de uma verdadeira "indústria da seca" sem que seja solucionada a questão, tendo em vista suas dimensões mais políticas do que geográficas ou climáticas. As consequências da prolongada estiagem no estado do Rio Grande do Norte foram importantes em termos sociais, levando milhares de agricultores a abandonarem suas terras e procurar nas periferias das cidades a ajuda tão necessária à sua sobrevivência. Além do inchaço urbano, constatado tanto na capital do estado como nas principais cidades, nota-se a ampliação do processo de favelização que atingiu quase que todas as cidades do estado.

Se os projetos de colonização não conseguiram assentar senão um número reduzido de colonos e suas famílias, os projetos hídricos beneficiaram uma clientela muito mais reduzida de empresas rurais, muitas delas com capital originário externo à região. Estas empresas rurais, beneficiadas por incentivos e subsídios, dedicaram-se à produção de frutas para exportação (mamão e melão por exemplo) utilizando sofisticadas tecnologias poupadoras de mão-de-obra. A política de irrigação é hoje um dos programas de maior relevância a nível estadual, tendo canalizado os recursos do governo federal e até recursos internacionais, vindos da Itália, Canadá e Estados Unidos.

No que diz respeito à ocupação do espaço regional, as empresas rurais mais férteis do estado, num regime fundiário baseado sobre a concentração de terras e o uso intensivo de máquinas e insumos. Deste modo, até as pequenas cidades que até então atendiam às necessidades dos pequenos produtores, vêem seu papel decrescer, em detrimento de outros centros urbanos mais dinâmicos.

A dinâmica do processo de ocupação está hoje ligado

Labim/UFRN

ao setor industrial e de serviços, isto é, muito mais urbano do que rural. Enquanto o setor extrativista e agrícola sofriam mudanças significativas, constata-se que o surto de industrialização no estado foi bastante limitado.

De um lado, a política de industrialização favoreceu a entrada do capital nacional e internacional no setor setor salineiro: forçou a sua modernização e desempregou um imenso contingente de trabalhadores. Mesmo assim, uma vasta gama de projetos industriais baseados na utilização de sub produtos da indústria salineira, ficou parada. A falta de interesse político e a limitação dos recursos financeiros explicam o descaso com o qual foi tratado por exemplo o projeto das "águas mães".

Por outro lado, um dos pilares da indústria têxtil local, a produção de algodão, sofreu graves problemas, decorrentes dos efeitos da "praga do bicudo", que dizimou os melhores algodoais do estado. A crise que seguiu atingiu não somente o setor têxtil, mas também o setor rural, já que os pequenos e médios proprietários rurais da região Seridó perderam várias safras sucessivas, e foram obrigados a abandonar suas terras. Este fenômeno ocasionou uma maior concentração das terras e do poder econômico na mão de alguns grandes grupos (como por exemplo o grupo Guararapes). Desta forma, houve novas correntes migratórias do campo para as cidades do estado, agravando o já precário quadro de miséria e tensões sociais.

O processo de ocupação foi na década de oitenta orientado pelos maciços investimentos realizados pelo poder público a nível urbano e regional, decorrentes da ampliação da produção de gás e petróleo no estado.

O Rio Grande do Norte passou a assumir, durante a década de oitenta, uma posição importante na produção nacional, atingindo em 1990 o terceiro lugar. O Oeste potiguar muito se beneficiou desses investimentos, pois abriga os campos de extração, o que gerou para os municípios da região uma fonte de renda importante advinda da cobrança de "royalties". Nas cidades, o setor de serviços ampliou-se consideravelmente, principalmente serviços de apoio à extração petrolífera, transportes de matéria prima e equipamentos pesados, serviços financeiros e outros que movimentam um vasto

Labim/UFRN

leque de pequenas cidades dessa região. O fortalecimento do setor terciário, a nível de estado, estava se delineando desde a década de setenta, sendo hoje o principal setor de atividades.

CONCLUSÃO

A análise das políticas públicas desenvolvidas na região Oeste potiguar mostra que a implantação de grandes projetos levou a uma nova estruturação do espaço. Intensificou o processo de ocupação de espaços até então vazios; abriu novas rotas de penetração cujos trilhos foram seguidos pelas empresas de exploração de petróleo; redistribuiu importantes contingentes de mão-de-obra a nível intrarregional; intensificou o plantio e a criação em áreas até então inexploradas.

No entanto, poucos foram os beneficiados por este processo. O novo "design" regional foi fortemente impulsionado pela dinâmica dos interesses em jogo: interesses do capital nacional e internacional, interesses de grandes grupos oligárquicos no poder, interesses das agências de fomento ao desenvolvimento urbano, industrial e agrícola.

O processo de transformação da região Oeste potiguar está continuando, agora impulsionado pelos investimentos realizados em áreas produtoras de petróleo e gás, mudando o ritmo de vida e as condições de trabalho na região. Isto comprova o dinamismo do processo de reprodução do capital e transformação do espaço, como mostra o novo papel assumido pela cidade de Mossoró, centro polarizador de atividades e de prestação de serviços.

BIBLIOGRAFIA

ABLAS, Luiz. Condicionantes agrícolas do desenvolvimento regional no Brasil, in: Anais do III Encontro Nacional da ANPUR, Águas de São Pedro, maio 1989. vol.2.

AGUIAR, Geraldo Medeiros de. Agriculturas no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1985.

Labim/UFRN

ANDRADE, Manuel Correia de. A produção do espaço norteriograndense. Natal: Universitária, 1981.

ARAÚJO, Luis Ernane. A questão fundiária na ordem social. Porto Alegre: Movimento, 1985.

COLOMBET, Dominique Simone. A evolução do setor agropecuário no Rio Grande do Norte, 1950-1979.

IANNI, Otávio. A luta pela terra. Petrópolis: Vozes, 1978.

KAGEMA, Carlos et al. Desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. vol.2.

LESSA, Carlos et al. Desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. vol.1.

MARANHÃO, Sílvio (Org). A questão Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MOREIRA, Raimundo. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALERY, Françoise Dominique. Estudo avaliativo da política agrícola no Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 1988. Relatório de pesquisa (CNPq).

(*) Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Sociais e Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor do Curso de Mestrado em Ciências Sociais desde 1987.

(**) Trabalho a ser apresentado no IV Encontro Nacional da ANPUR, em Salvador (BA) em maio de 1991.

Labim/UFRN

RESENHA

PASSAGEIOS DA FANTASIA - Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1990.

Autor: Janirza Cavalcante de Rocha Lima

Passageiros da Fantasia foi inicialmente apresentado como dissertação de mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco. É um estudo sobre o consumo de drogas pelos homens em nossa sociedade, mais precisamente por um grupo de farmacodependentes de maconha que descobrem as propriedades narcóticas do algafan composto (cloridrato de dextropropoxifeno) e incorporam-no à sua dependência. A autora procura verificar, na prática, até que ponto a condição de desviante (dependente de algafan) é sancionada e reforçada pelo aparelho institucional e como esses indivíduos se movem dentro da lógica do desvio.

O universo pesquisado é formado por duas categorias: o conjunto de indivíduos, num total de 16 dependentes, da região metropolitana do Recife, que têm em comum uma atividade clandestina e ilegal; e a equipe terapêutica(assistentes sociais, psiquiatra, psicóloga e socióloga) oficialmente encarregada de recuperar dependentes de drogas.

A análise desse estudo se desenvolve em três momentos: procura mostrar quem é o usuário dessa droga; numa segunda etapa, tenta delinear os momentos marcantes da produção da chamada identidade desviante, onde as relações se estabelecem entre acusados, que são os dependentes, e acusadores (a lei, a família, os policiais e a equipe terapêutica); por fim, é observada a maneira como os dependentes percebem sua situação.

No desenvolver de seu estudo, a autora procura expor diversas correntes teóricas em torno do tema desvio. Assim, vai desde anomie e desvio (Durkheim) até a teoria da acusação (Velho), passando também pela teoria da associação diferencial (Sutherland), a teoria das metas e meio (Merton), da representação e do estigma (Goffman). Embora considerando que não seria possível adotar uma teoria úni

Labim/UFRN

ca como orientação teórica a ser seguida, ela aceita como ponto de partida a proposta de Howard Becker, que encara o desvio "como produto de uma transação que ocorre entre algum grupo social (no caso, legisladores e/ou terapeutas) e alguém (dependentes de algafan) que é encarado por aquele grupo como infrator de regras" (p.32). Ainda segundo a autora, Becker vai mais além ao reconhecer que "o desvio é criado pelas respostas de pessoas a tipos particulares de comportamento como desviantes" (p.32). Porém, para ela, isto (entretanto) não invalida a abordagem sob outras perspectivas, desde que, justapostas, se complementem. Assim é que, em algumas situações, recorre a Berreman, para desvendar e compreender os espaços interiores e, em outras, vai à procura de Velho para perceber a importância da leitura divergente da cultura.

Outras contribuições relevantes estão presentes em seu trabalho, como: a análise que desenvolve sobre a legislação brasileira de tóxico, do período de 1890 até 1976; o delineamento da prática institucional, sob o prisma da relação dialética dominador-dominado, analisando a prática de "recuperação" adotada pela instituição (Delegacia de Entorpecentes). Procura, ainda, no bojo de todas essas análises, compreender a questão da identidade desviante do farmacodependente de algafan e nos mostra como, na condição de indivíduo "desacreditável", o dependente foi sendo excluído, gradativamente ou de forma abrupta e dramática, da família, da escola, da comunidade, da rua (p. 123).

O trabalho de campo foi desenvolvido num pequeno grupo social, porém sem perder a compreensão dos processos sociais gerais que envolvem os dependentes de drogas. Através da observação participante, da entrevista, e, principalmente, da convivência com o dependente, no seu próprio ambiente, utilizando seu linguajar específico, bem como resgatando o significado que eles atribuem à sua vida, a autora procura decodificar o modo de vida desse grupo e o resultado é uma etnografia densa, com rico material empírico e uma análise qualitativa feita com muita competência.

Labim/UFRN

Ainda sobre o trabalho de campo, vale lembrá-lo como um momento de rica experiência, vivenciado em um cotidiano de emoções e conflitos, conforme desabafo da pesquisadora, agora também personagem inserida no contexto do objeto de estudo: "angustiamo-nos com o relato dos dependentes, gostamos deles e, às vezes, os odiamos. Tivemos momentos de tristeza, solidão, medo e desesperança". (p.140)

Passageiros da Fantasia é um belo trabalho. Ele deve ser lido e estudado pela academia e por todos aqueles que de uma forma ou de outra estão ligados aos atores personagens de universos clandestinos e marginais de nossa sociedade. E quem sabe, a partir daí compreender melhor esses universos e repensar a prática social.

Luiz Carvalho de Assunção
Professor do Depto.de Ciências Sociais
CCHLA - UFRN

Labim/UFRN

Labim/UFRN

REG: 2
nº3/v.4